



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Banco e FNE  
Em R\$ MIL**

**Posição: 30.06.2019**

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

## **PALAVRA DO PRESIDENTE**

---

Nos primeiros seis meses de 2019, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 18,8 bilhões na economia regional, montante que representa crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período de 2018, quando foram contratados R\$ 17,4 bilhões.

O crescimento deve-se ao propósito de tornar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) cada vez mais relevante para a área de atuação da Instituição – região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo – e, conseqüentemente, para o País. De fato, esse objetivo move cada um dos que fazem a organização.

Tal nível de comprometimento institucional, com foco na eficiência, na eficácia e na conformidade, refletiu-se nos resultados do primeiro semestre deste ano, os quais mostram como a empresa desempenha papel fundamental na promoção do bem-estar das famílias e na competitividade das empresas.

Ressalte-se, também, o planejamento de ações, com ênfase na prospecção e na identificação de oportunidades, buscando dia a dia desburocratizar processos. O que o Banco do Nordeste busca, portanto, é pulverizar o crédito, tornando-o ágil e acessível ao máximo de empreendedores. E isso se reflete nas mais de 2,5 milhões de operações contratadas no período.

Somente com recursos do FNE, principal *funding* da Instituição, as aplicações somaram R\$ 13,4 bilhões, envolvendo mais de 250 mil operações de crédito. O volume foi 8,9% superior ao do primeiro semestre de 2018, quando as aplicações do Fundo Constitucional fecharam em R\$ 12,3 bilhões.

A disponibilidade de recursos do FNE para investimentos em infraestrutura, com as taxas de juros mais baixas do mercado, oportunizou que o Banco do Nordeste assumisse protagonismo no financiamento do segmento, investindo um total de R\$ 5,7 bilhões. Trata-se de um reforço do apoio do BNB à retomada da atividade econômica regional, com financiamento a empreendimentos nos segmentos de energia, de saneamento básico e de água, de portos e de aeroportos.

A estratégia para o FNE, em termos de execução da política de desenvolvimento regional, tem sido pautada em dois grandes direcionadores: (1) mitigação do problema de racionamento de crédito privado na região; e (2) seleção dos projetos com maiores impactos positivos para a sociedade.

Deste modo, busca-se priorizar os projetos originários das localidades e dos tipos de estabelecimentos mais suscetíveis ao racionamento do crédito privado, a fim de levar a política pública para aqueles que mais necessitam, atendendo aos projetos originários das regiões mais carentes, das MPEs e dos pequenos produtores rurais, e selecionando *portfólios* de projetos que tragam maiores impactos para a população em termos de bem-estar; ao mesmo tempo adotando critérios altamente rigorosos de seleção e as melhores práticas de mercado para gerenciamento de riscos.

Não é uma tarefa trivial, mas o Banco do Nordeste tem avançado com estudos e pesquisas, conduzidos internamente pelo seu corpo técnico e também com ampla cooperação das melhores instituições de pesquisa e universidades do país.

Assim sendo, o Banco tem avaliado de forma sistemática o histórico de aplicações e desembolsos do FNE, também em quais municípios, regiões, setores e portes de estabelecimentos o acesso ao crédito é mais ou menos dificultado; quais dessas áreas apresentam maiores multiplicadores do emprego e da renda; e quais proporcionam maiores retornos em termos de eficiência e produtividade.

Na prática, têm sido selecionados projetos com impactos superiores aos esperados pelos modelos econômicos de simulação (até 18% superiores) e tem-se reduzido as taxas de inadimplência a níveis inferiores àquelas previstas pelos modelos estatísticos de previsão.

Consequentemente, o Bancotem avançado nessa agenda, incorporando mais dados, informações, metodologias e capital intelectual.

Dentre os objetivos estratégicos da Instituição, inclui-se ser o principal agente financeiro dos micro e pequenos empreendedores em sua área de atuação. Nesse sentido, o Banco do Nordeste conta com carteira ativa de aproximadamente 200 mil MPEs, encerrando o primeiro semestre de 2019 com R\$ 1,74 bilhão contratados com empresas desse porte. Esse número corresponde a aumento de 51% nas aplicações em relação a igual período de 2018. No total, foram contratadas mais de 20,8 mil operações de crédito com MPEs, 28,2% a mais em comparação com os seis primeiros meses do ano passado.

Por meio do maior programa de microcrédito produtivo orientado e urbano da América do Sul, o Crediamigo, o Banco do Nordeste contratou R\$ 4,77 bilhões, em mais de 2,1 milhões de operações, volume 11% superior ao mesmo período do ano passado.

Ainda no primeiro semestre, o BNB alcançou a marca histórica de R\$ 15 bilhões aplicados com agricultores familiares desde a criação, em 2005, do programa de microcrédito rural orientado, o Agroamigo. Apenas neste primeiro semestre, foi aplicado mais de R\$ 1,1 bilhão, distribuído em mais de 219 mil operações.

No período, foram regularizadas 89.453 dívidas de produtores rurais, no valor total de R\$ 7,6 bilhões, com base nos benefícios da Lei n.º 13.340/2016 e no Artigo 29-A da Lei n.º 13.606/2018. Os instrumentos possibilitaram, respectivamente, que os clientes liquidassem ou renegociassem operações contratadas até 2011 e operações integrantes do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer III.

Diante do desafio da rentabilidade, o Banco obteve crescimento de 161,1% no resultado operacional no primeiro semestre de 2019, alcançando R\$ 1,16 bilhão. Além do aumento no volume de contratações e desembolsos, contribuiu para os resultados a redução do provisionamento para risco de crédito. O lucro líquido do 1º semestre de 2019 foi de R\$ 744,8 milhões, representando um crescimento de 223,0% em relação ao mesmo período do ano de 2018.

Assim, o Banco do Nordeste espera ultrapassar a meta de aplicações que é de R\$ 38,7 bilhões em 2019, sendo R\$ 27,7 bilhões com recursos do FNE e R\$ 11 bilhões destinados ao microcrédito urbano, por meio do Crediamigo.

Porém, muito mais que números, o importante é o impacto positivo que cada uma das linhas de crédito e das políticas de desenvolvimento promovem, com geração de emprego, de renda e de qualidade de vida para milhões de pessoas.

**Romildo Carneiro Rolim**  
**Presidente**

## 1. DESTAQUES

---

Apresentam-se a seguir os destaques da atuação do Banco do Nordeste em resultados, produtos lançados e reconhecimentos no primeiro semestre de 2019:

### Resultados

- ü Lucro Líquido de R\$ 744,8 milhões, representando crescimento de 223,0% em relação ao mesmo período de 2018.
- ü Crescimento de 161,1% do resultado operacional comparado ao mesmo período do ano anterior.
- ü 2,5 milhões de operações de crédito contratadas, com o montante de R\$ 18,8 bilhões desembolsados.
- ü R\$ 1,3 bilhão de receitas de prestação de serviços.
- ü Regularização de R\$ 7,6 bilhões de créditos inadimplidos em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias.
- ü Segmento MPE com contratação de R\$ 1,7 bilhão (crescimento de 51%), atendendo 13.981 empresas (crescimento de 27,8%).

### Produtos

- ü Volume de Contratações do FNE de R\$ 13,43 bilhões.
- ü Aumento de 8,9% no volume de recursos de contratações do FNE em relação ao mesmo período de 2018;
- ü Contratações de R\$ 21,1 milhões do FNE Verde Sol Pessoa Física.

### Parcerias

- ü Parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), promovendo ações de divulgação das linhas de crédito para clientes do segmento de Micro e Pequena Empresa.

### Prêmios/Reconhecimentos

- ü Prêmio Efinance 2019, na categoria Infraestrutura de Telecom. O BNB venceu com o case “Gestão de Infraestrutura de Telecom”, que se baseia numa abordagem definida por software para gerenciar uma rede de longa distância (tecnologia SDWAN).Essa nova tecnologia sustentará 100% dos recursos de conectividade da rede de agências, elevando a eficiência operacional e adicionando valor aos negócios e clientes.
- ü Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio - 10º Edição - conferido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH- SP) e pela *The Gallup Organization* do Brasil ao Banco do Nordeste por sua contribuição no desenvolvimento de estudantes brasileiros para o mercado de trabalho.
- ü Primeira colocação no *Ranking* de Qualidade de Ouvidorias, divulgado pelo Banco Central. No segundo trimestre de 2019, o BNB obteve o índice de 4,95, em um máximo de 5, superando as 11 demais instituições que detêm mais de 4 milhões de clientes.

## 2. MODELO DE NEGÓCIOS

---

O Banco do Nordeste aplica recursos na Região por meio das operações de empréstimos e financiamentos e oferece produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que garantam a sua sustentabilidade e atendam aos interesses da sociedade. Dentre os diversos recursos, o FNE é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco.

A solução das grandes questões regionais, a transformação do Nordeste e a sua participação mais efetiva no cenário socioeconômico nacional caracterizam o desafio maior e alvo principal das ações do Banco do Nordeste como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, que atua ampliando oportunidades, fortalecendo os agentes produtivos, produzindo impactos de interesse da sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira e atuando em área de grande carência econômica, como o Semiárido.

A proposta de valor do modelo de negócios do Banco do Nordeste para os clientes é ofertar produtos e serviços de crédito para fomentar o desenvolvimento dos municípios da sua área de atuação. Os clientes atendidos são classificados em três categorias:

- i. Produtor: nessa categoria incluem-se os segmentos *Corporate*, Empresarial, Micro e Pequena Empresa (MPE), Agronegócio - Pessoa Física, Pequeno e Miniprodutor Rural, Agricultura Familiar, Microempreendedor Urbano e Microempreendedor Rural;
- ii. Consumidor: incluem-se os segmentos de Pessoa Física e o de Entidades Representativas;
- iii. Estruturador: nessa categoria encontra-se o segmento Governo.

Esses clientes são atendidos por canais de atendimento físicos e digitais: agências bancárias, postos de atendimento, canais digitais e eletrônicos. Por meio desses canais os clientes têm acesso aos seguintes produtos e serviços:

- a) Empréstimos: Capital de Giro, Crédito de Longo Prazo, Descontos de Títulos, Giro Insumos, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Cheque Especial, FNE Sol, MPE Inovação, Seguros, etc.;
- b) Investimentos: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Fundos de Investimentos e Poupança;
- c) Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor);
- d) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- e) Reinvestimento em projetos de modernização ou complementação de equipamentos para empresas que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- f) Câmbio e Comércio Exterior;
- g) Microcrédito Produtivo Orientado Rural e Urbano: Crediamigo e Agroamigo.

O Banco do Nordeste atua para oferecer aos seus clientes uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da região Nordeste.

As atividades-chave que sustentam a proposição de valor do modelo de negócios do Banco são ações antecedentes e subsequentes à concessão de crédito que vêm contribuindo para maior efetividade dos recursos aplicados, seja por darem maior capilaridade ao Banco, possibilitando maior aproximação com o cliente e conhecimento de seu negócio, seja por favorecerem a identificação de parceiros para implementação de iniciativas conjuntas, por exemplo, nas áreas de pesquisa, de assistência técnica e de apoio à comercialização.

Dentre as ações e instrumentos criados pelo Banco para promover de forma mais efetiva o desenvolvimento da Região destacam-se: os Agentes de Desenvolvimento, as Agências Itinerantes, as Políticas de Desenvolvimento Territorial, o Crediamigo e o Agroamigo.

A fim de otimizar o atendimento aos seus clientes, o Banco do Nordeste por meio de parcerias, utiliza recursos-chave em que se destacam os seguintes:

- a) Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) que são programados anualmente pelo Conselho Deliberativo da Sudene;
- b) Recursos dos programas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que são repassados pelo Banco do Nordeste;
- c) Compartilhamento de rede de atendimento com a Caixa Econômica Federal, ampliando a capacidade de atendimento do Banco do Nordeste em 5.000 pontos de autoatendimento no Nordeste;
- d) Contratação de rede de autoatendimento de empresas de tecnologia bancária para serviços de correspondente bancário;
- e) Parceria com a Visa Inc. para disponibilização de serviços de pagamento eletrônico para microempreendedores;
- f) Parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania (Inec) para operacionalização dos programas de microcrédito rural e urbano.

A metodologia de gestão de clientes vem sendo adotada no Banco desde 2009 como modelo de negócios, contendo a definição e a composição de segmentos, observando o agrupamento de características, propostas de valor, ciclo de relacionamento e classificação dos agrupamentos de produtos.

Essa metodologia agiliza o processo de concessão de crédito, diversifica e aumenta a escala dos empréstimos e financiamentos, integrando o relacionamento em diferentes negócios à percepção de valor agregado das ações do Banco, além de desenvolver produtos e serviços voltados especificamente às necessidades dos clientes.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou o 1º semestre de 2019, com 771 pontos físicos de atendimentos, sendo 292 agências e 479 unidades de microcrédito.

### **3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL**

---

#### **3.1 Planejamento Empresarial**

A questão estratégica fundamental do Banco do Nordeste está ligada à sua missão, atuando como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo.

As definições estratégicas que alicerçam as ações empreendidas pelo Banco do Nordeste são:

Missão: “Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste”.

Visão: “Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”.

Para cumprir sua missão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste constrói seu planejamento a partir da análise de cenários e de tendências, da reflexão dos resultados anteriormente alcançados e do mapeamento de riscos e de oportunidades de estratégias.

O Planejamento Empresarial é composto dos níveis estratégico, tático e operacional, por meio dos quais se realiza o alinhamento estratégico na Instituição, direcionando os recursos e esforços na gestão e otimização dos resultados.

Em todos os níveis do planejamento são definidos indicadores e metas, que são monitorados e avaliados sistematicamente.

Como principais elementos de sua estratégia, o Banco do Nordeste destaca as Diretrizes Estratégicas de “Fazer o FNE cada vez melhor”; “Avançar na liderança do Microcrédito”; “Ser o Banco da micro, pequena e média empresa”, “Inovar em processos, produtos e serviços” e “Valorizar as Competências Humanas”.

No primeiro semestre de 2019, o Banco obteve resultados exitosos, alinhados à sua estratégia:

- ü Alcance de lucro no semestre superior ao lucro do exercício de 2018, caracterizando um resultado expressivo que contribui para a sua solidez e sustentabilidade e oferece também relevante retorno a seus acionistas;
- ü Avanço nas aplicações do FNE, aumentando volume de contratações, com agilidade e conformidade,
- ü Obtenção de resultados recordes em Microfinanças;
- ü Elevação do volume de recursos contratados com os segmentos de micro e pequenas empresas;
- ü Aumento da rentabilidade corporativa e incremento de sua eficiência operacional.

Reconhecendo e valorizando as competências humanas, o Banco do Nordeste concluiu, no primeiro semestre, a Formação de Banco de Sucessão para habilitação de profissionais para preenchimento das funções de gestão estratégicas. O processo objetivou identificar profissionais com perfil de competências mais aderente às necessidades institucionais, ponderando resultados, trajetória profissional e ética dentro da organização. Esta iniciativa propiciou ao BNB dispor de time de profissionais aptos para ocupar as funções estratégicas.

Cabe destacar, dentre as ações alavancadoras para a obtenção dos resultados corporativos, a implementação de premissas das boas práticas de controles internos no processo de concessão do crédito e a melhoria contínua do processo de administração de crédito.

### **3.2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios donorte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação estabelecida pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), a partir da elaboração do Banco do Nordeste de forma participativa com representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público beneficiário, área e setor econômico, vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

#### **3.2.1 Ativos FNE**

No que se refere aos saldos totais de ativos do FNE, ao final do 1º Semestre de 2019, observou-se crescimento de 9,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 86,1 bilhões ao término de junho/2019, frente aos R\$ 78,7 bilhões em junho/2018. O saldo das Disponibilidades de recursos do FNE, ao término do semestre,

alcançou a cifra de R\$ 8,9 bilhões, representando uma redução de 54,3% em relação ao saldo existente no final de junho/2018. Enquanto isso, os saldos a desembolsar relativos a operações de crédito anteriormente contratadas totalizaram R\$ 16,1 bilhões, valor 145,9% maior que os R\$ 6,5 bilhões existentes em junho/2018. O saldo de valores de operações de crédito também cresceu em relação a junho/18, apresentando aumento de 16,3%, alcançando a cifra de R\$ 58,5 bilhões, líquido de provisões (R\$ 50,3 bilhões em junho/2018). Tais variações foram influenciadas pelo expressivo aumento no volume de contratações com recursos do Fundo (R\$ 32,7 bilhões em 2018 e R\$ 13,7 bilhões no 1º semestre de 2019).

### **3.2.1 Desempenho FNE**

Baseado na programação anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos no primeiro semestre de 2019 no montante de R\$ 13,43 bilhões sendo R\$ 7,66 bilhões para o setor Rural (Agricultura, Pecuária), Agroindustrial, Industrial, Comércio e Serviços, Turismo e Pessoa Física (FNE Verde Sol Pessoa Física), e R\$ 5,77 bilhões para projetos no setor Infraestrutura. Neste primeiro semestre, para o Programa de Financiamento Estudantil - FIES, foram contratadas 320 operações num montante de R\$ 2.943,4 mil. A distribuição das contratações por Estado está detalhada na Tabela 01, a seguir.

**Tabela 1 - BNB/FNE - 1º Semestre 2019: Financiamentos**  
(R\$ milhões)

UF	FNE Infraestrutura		FNE Exceto Infraestrutura e FIES		Total Valor Contratado
	Valor Contratado	%	Valor Contratado	%	
AL	-	-	318,72	4,2	<b>318,72</b>
BA	1.456,77	25,2	1.575,76	20,6	<b>3.032,53</b>
CE	390,01	6,8	1.001,07	13,1	<b>1.391,08</b>
ES	-	-	101,9	1,3	<b>101,9</b>
MA	1.129,68	19,6	983,86	12,9	<b>2.113,54</b>
MG	314,23	5,4	355,47	4,6	<b>669,7</b>
PB	266,72	4,6	489,74	6,4	<b>756,46</b>
PE	401,62	7,0	864,72	11,3	<b>1.266,34</b>
PI	-	-	741,6	9,7	<b>741,6</b>
RN	1.795,28	31,1	828,41	10,8	<b>2.623,69</b>
SE	17,98	0,3	392,49	5,1	<b>410,47</b>
<b>Total</b>	<b>5.772,29</b>	<b>100</b>	<b>7.653,73</b>	<b>100</b>	<b>13.426,02</b>
<b>PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES</b>					<b>2,94</b>
<b>Total Aplicado</b>					<b>13.428,96</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Conforme a Tabela 2, verifica-se um incremento total de 8,9% do volume de recursos de contratações no primeiro semestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, quando o montante financiado foi de R\$ 12,3 bilhões. Importante destacar para esse resultado o incremento de 20,0% em relação aos financiamentos para o FNE, exceto Infraestrutura e Fies, entretanto o FNE Infraestrutura teve variação negativa quando comparado com igual período do ano anterior (-3,0%), com aplicações sobretudo em Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água. Esses financiamentos em infraestrutura, de caráter estrutural,

justificam-se pela capacidade de geração de emprego e renda, bem como de transbordamento, ao entorno, dos efeitos positivos e de desenvolvimento relacionados aos investimentos e demais ações ali implementadas em decorrência.

Considerando o cenário macroeconômico, a expansão das contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no primeiro semestre de 2019, foi estimulada pela retomada, ainda que moderada, do crescimento econômico, em especial pelas condições mais favoráveis da agropecuária, do varejo interno e do comércio exterior, bem como pelos baixos níveis inflacionários.

Além disso, as perspectivas econômicas mais favoráveis para os próximos anos, em termos de expansão e modernização de infraestruturas e energias renováveis, também determinaram as decisões empresariais de realizar investimentos no Nordeste e demais áreas de atuação do Banco. Em função desse contexto, inclusive, houve o financiamento na linha do FNE Verde Sol Pessoal Física, com 682 operações, num montante de R\$ 21,1 milhões, considerando a geração centralizada de energia solar, eólica e de biomassa.

**Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)**

Setor	2018 1º semestre		2019 semestre 1º		Variação % Valor 2019/2018
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Rural <sup>(1)</sup>	273.615	2.897.050	230.949	3.204.288	10,6
Agroindustrial	86	125.567	157	208.720	66,2
Comércio e Serviços	11.325	2.425.770	16.024	2.972.999	22,6
Industrial	1.353	688.415	1.881	1.051.516	52,7
Turismo	224	239.604	361	195.099	-18,6
Infraestrutura	48	5.950.982	54	5.772.291	-3
Pessoa Física <sup>(2)</sup>	-	-	1.002	24.055	-
<b>Total</b>	<b>286.651</b>	<b>12.327.388</b>	<b>250.428</b>	<b>13.428.968</b>	<b>8,9</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Nota: <sup>(1)</sup> Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária. <sup>(2)</sup> Inclui FNE P-Fies e FNE Sol.

Nesse ponto, o BNB destaca-se como instituição fomentadora da política federal de expansão da geração distribuída de energia elétrica, em consonância com o setor de geração de energias renováveis, contribuindo, sobremaneira, para a construção de uma matriz energética mais limpa e para acelerar a instalação e consolidação da cadeia produtiva de equipamentos correlatos no Nordeste, facilitando a expansão e um maior deslocamento desse eixo setorial à Região, de maior vocação para a geração de energia renovável, em especial a eólica e a solar.

Outro grande incentivo aos empreendedores de todos os portes foram as condições mais favoráveis do FNE em relação aos encargos financeiros, forte fator de auxílio ao incremento das contratações nesse primeiro semestre.

A execução da programação do FNE é aderente à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, até junho de 2019 foram realizadas operações em 1.980 municípios, representando 99,5% do total de municípios da área de abrangência do Fundo e o

financiamento de R\$ 7,4 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 55,5% do total até então financiado, dos quais R\$ 4,2 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (os municípios de baixa e médiarenda, qualquer dinamismo), subespaços também previstos na PNDR, atingiram um montante de R\$ 10,7 bilhões, cerca de quase 80% dos financiamentos do FNE até junho 2019, incluindo nesse montante o valor financiado para Infraestrutura, enquanto aqueles direcionados às Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), que englobam os municípios de Timon (MA) e Teresina (PI), além de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), registraram contratações de R\$ 264,1 milhões (inclusive operações de Infraestrutura).

O ambiente macroeconômico tem papel fundamental na determinação da oferta e das condições do crédito bancário. Embora as expectativas a partir do cenário de quebra do ciclo de recessão econômica tenha possibilitado o resgate da confiança, suficiente para representar, no 1º semestre de 2019, crescimento de quase 9% em relação ao mesmo período de 2018, tal fato, considerando o programado para o período em questão, ainda não foi suficiente para refletir significativamente na demanda por crédito. Mesmo com a inflação controlada, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) abaixo do centro da meta de 4,25%, e a taxa Selic no menor patamar da história, os analistas acreditam que a atividade econômica continuará fraca este ano.

Várias ações de suporte estão sendo implementadas no âmbito do processo de concessão de crédito, com a realização de cadastro de Pessoa Física e Pessoa Jurídica diretamente pelo site do Banco ou na melhoria ao atendimento com a possibilidade de acesso a contas por meio de dispositivos móveis no *internet banking* utilizando a impressão digital para o login, e a ampliação da cobertura de autoatendimento a partir de vários acordos de compartilhamento da rede bancária, seja via sistemas tipo saque e pague ou casas lotéricas.

O mesmo se aplica as ações, em nível das Superintendências Estaduais do Banco do Nordeste, em especial junto aos empreendimentos de menor porte, cujo foco da instituição direcionado a estes empreendimentos gerou a contratação de R\$ 4,5 bilhões, distribuídos em 248.331 operações de financiamento, o que representa 59,5% do quantitativo contratado com FNE Exceto Infraestrutura e FIES, nesse primeiro semestre.

## **4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

---

### **4.1 Ativos Totais BNB**

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 59,7 bilhões, ao término do primeiro semestre de 2019, apresentando um crescimento de 3,2% em relação aos R\$ 57,8 bilhões existentes em junho de 2018. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos. No que diz respeito à composição do saldo, observou-se um crescimento de 3,8% nas disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Ao final do semestre, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R\$ 38,3 bilhões. Já os saldos de operações de crédito, da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, tiveram elevação de 1,8% (R\$ 8,98 bilhões em jun/19; R\$ 8,82 bilhões em jun/18).

### **4.2 Resultado Líquido**

O Lucro Líquido acumulado no 1º Semestre de 2019 alcançou a cifra de R\$ 744,8 milhões, o que representou um crescimento de 223,0% em relação aos R\$ 230,6 milhões apurados no mesmo período do ano anterior (lucro líquido reapresentado). Já o Resultado Operacional alcançou R\$ 1.167,3 milhões, representando um crescimento de 161,1% em relação aos R\$ 447,0 milhões (reapresentado) obtidos no mesmo 1º Semestre de 2018. Esse bom

desempenho teve como principais fatores a redução nas despesas com aprovisionamentos para créditos de liquidação duvidosa, inclusive as decorrentes de coobrigação com o FNE, o crescimento da margem da intermediação financeira e, sobretudo, as renegociações de operações de crédito baseadas no Art. 29-A da Lei 13.606/18. Relevante destacar que quando se desconsidera os resultados extraordinários do período, deduzindo-se a Recuperação de Crédito proveniente de negociações com base em disposições das leis 13.340/16 e 13.606/18 (R\$ 438,2 milhões) e o Efeito Tributário (IRR + CSLL) de R\$ 175,3 milhões, o Lucro Líquido Ajustado (Lucro Recorrente) ficou em R\$ 481,9 milhões, que comparado ao resultado do mesmo período de 2018 (R\$ 150,9 milhões), apresenta, também, uma variação significativa, da ordem 219,3%, conforme demonstração de cálculo do lucro recorrente no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente

Demonstração do Lucro Líquido Recorrente	R\$ Milhões			
	1ºSem/18	1ºSem/19	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido	230,6	744,8	514,2	223,0%
(-) Resultados Extraordinários do Período	-	-	-	-
Recuperação de Crédito - Lei 13.340/13.606 *	(144,9)	(438,2)	(293,3)	202,4%
Efeito Tributário (IR + CSLL)	65,2	175,3	110,1	168,8%
Lucro Líquido Recorrente	150,9	481,9	331,0	219,3%

\*Inclui artigo 29-A da Lei 13.606 - Ops Prodecer III

#### **4.3 Eficiência Operacional**

O Banco do Nordeste apresentou, no 1º Semestre de 2019, um índice de eficiência operacional de 52,9%, caracterizado pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, o que representa uma melhoria de 18,0 pontos percentuais em comparação com o mesmo período do ano anterior. As despesas administrativas com Pessoal apresentaram um acréscimo de 6,0% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, representando um volume adicional de R\$ 56,8 milhões. O fator que mais contribuiu foi o reajuste anual dos salários, que foi de 5,0%. No entanto, as demais despesas administrativas, tiveram, no período, redução de 1,8%, em relação ao primeiro semestre do ano anterior, contribuindo, desta forma, positivamente na eficiência operacional. Dentre as reduções de despesas destacam-se: R\$11,1 milhões com Propaganda, Publicidade e Publicações; R\$ 6,4 milhões em despesas com Processamento de Dados e R\$ 4,8 milhões em emolumentos judiciais e cartorários. Já as margens financeiras tiveram crescimento de 77,2% e foram positivamente influenciadas pela redução do nível de despesas com aprovisionamentos, pela recuperação de créditos baixados como prejuízo, bem como pela elevação de 5,0% nas Receitas de Prestação de Serviços, que alcançaram a cifra de R\$ 1,3 bilhão no 1º Semestre de 2019, também contribuindo para a melhoria da eficiência.

#### **4.4 Patrimônio Líquido e Rentabilidade**

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 4.727,8 milhões ao término do 1º Semestre de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25.04.2019, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 969,0 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. Assim, o Capital Social passou de R\$ 2.844,0 milhões para R\$ 3.813,0 milhões representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2019, foi de 35,7% a.a. Tratando da rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, considerando o resultado recorrente, o índice, no primeiro semestre de 2019, foi de 22,5% a.a..

## 4.5 Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem cumprido os requisitos mínimos de capital estipulados, o que lhe garante uma margem para continuar expandindo os seus negócios. Em 30/06/2019, o Banco apresentou um índice de Basileia de 16,13% (13,76% em 31/12/2018). O índice de Capital Nível I ficou em 11,69% (9,00% em 31/12/2018) e o de Capital Principal foi de 10,13% (9,00% em 31/12/2018). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R\$ 8.296,0 milhões (R\$ 6.541,7 milhões em 31/12/2018), o Nível I registrou o valor de R\$ 6.013,4 milhões e o Capital Principal R\$ 5.212,3 milhões (em 31/12/2018, o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.279,9), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 51.436,5 milhões (R\$ 47.553,2 milhões em 31/12/2018). Essa melhora nos índices foi influenciada, em primeiro lugar, pela marca histórica do resultado líquido do 1º semestre de 2019 e, em segundo, pela captação realizada por emissão de Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação (LFS), elegíveis a Capital Nível I, com característica de Capital Complementar, no valor de R\$ 801,0 milhões, autorizadas, pelo Banco Central, em 19 de julho de 2019, a compor o Patrimônio de Referência, com vigência a partir da data-base de junho de 2019.

## 5. Desempenho Operacional

### 5.1 Volume de Contratações

O Banco do Nordeste contratou no 1º semestre de 2019 o montante de R\$ 18,8 bilhões, em 2,5 milhões de operações de crédito. Esses resultados representam crescimentos de 8,2% no valor contratado e 2,8% na quantidade de operações, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 72,7% dos recursos contratados, somando R\$ 13,7 bilhões em 255,0 mil operações. Já os empréstimos de curto prazo, destinados aos produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, bem como o programa Crediamigo, atingiram o valor de R\$ 5,15 bilhões num total de 2,2 milhões de operações. Esses valores contratados representam crescimentos de 9,7% nos créditos de longo prazo e 4,5% nos empréstimos de curto prazo, em relação ao 1º semestre de 2018.

**Tabela 3 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)**

Tipo	1º semestre de 2018		1º semestre de 2019		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Longo Prazo	289.157	12.473,3	255.018	13.683,6	9,7%
Curto Prazo	2.142.893	4.929,2	2.246.289	5.150,8	4,5%
<b>Total</b>	<b>2.432.050</b>	<b>17.402,5</b>	<b>2.501.307</b>	<b>18.834,4</b>	<b>8,2%</b>

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi responsável por 98,1% das contratações de longo prazo do Banco. No final do primeiro semestre de 2019, o saldo do Fundo totalizou R\$ 13,4 bilhões, crescendo 8,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

**Tabela 4 – Contratações de Financiamentos de Longo Prazo (R\$ milhões)**

Tipo	1º semestre de 2018		1º semestre de 2019		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
FNE	286.651	12.327,4	250.428	13.429,0	8,9%
Outras fontes	2.506	145,9	4.590	254,6	74,5%
<b>Total</b>	<b>289.157</b>	<b>12.473,3</b>	<b>255.018</b>	<b>13.683,6</b>	<b>9,7%</b>

## **5.2 Captação de Recursos**

**Depósitos à Prazo** -No primeiro semestre de 2019 registra-se um saldo de R\$ 5,848 bilhões, representando um incremento de 7,39% em relação ao primeiro semestre 2018, cujo saldo era de R\$ 5,445 bilhões.

**Depósitos à Vista**- Apresenta, no referido semestre, um saldo de R\$ 427,8 milhões, representando um incremento de 79,5% em relação ao primeiro semestre 2018, cujo saldo era de R\$ 238,3 milhões.

**Poupança** – Verifica-se um incremento da ordem de 10,4% no saldo do primeiro semestre 2019 - R\$ 2.491,4 milhões em relação ao saldo do primeiro semestre 2018 - R\$ 2.255,6 milhões.

## **5.3 Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento**

No 1º semestre de 2019, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 7.843,6 milhões, um crescimento de 14,9% em relação ao 1º semestre de 2018. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 21 fundos de investimento, com 82.154 cotistas, uma evolução de 14,3% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 25,9 milhões no 1º semestre de 2019, um incremento de 33,2% em relação a 2018.

### **Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)**

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu, no 1º semestre de 2019, o valor de R\$ 860,2 milhões, apresentando um decréscimo de 47,5% em relação ao 1º semestre de 2018, em razão da constituição de reservas para aplicação com base no Artigo 9º, da Lei 8.167/91, cujos controles, em razão da insuficiência de recursos oriundos de incentivos fiscais, vinham sendo efetuados de forma extracontábil. A receita com taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R\$ 9,3 milhões no 1º semestre de 2019, um decréscimo de 45,9% em relação ao mesmo período de 2018, em decorrência da diminuição do patrimônio líquido do Fundo.

## **5.4 Performance por Segmento de Clientes**

### **Agricultura Familiar**

O Segmento Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem o Segmento Microempreendedor Rural - Agroamigo, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 4,79 bilhões e mais de 430 mil operações. No primeiro semestre de 2019, o Banco contratou 8.236 financiamentos com esse segmento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 225,09 milhões, dos quais, 76,8% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

### **Programa de Crédito Fundiário**

O programa Combate à Pobreza Rural é formado por dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia

aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

No 1º Semestre de 2019, foram realizadas 122 operações pelo SAT, as quais somaram R\$ 5,1 milhões e 16 contratos de repasse SIC no montante de R\$ 4,97 milhões. Pelo programa CAF, não houve contratação de operações.

### **Pequeno e Miniprodutor Rural**

No primeiro semestre de 2019, o Banco do Nordeste contratou 3.037 operações de crédito com clientes do segmento Pequeno e Mini Produtor Rural, Pessoa Física, que atende aos produtores rurais com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões.

Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 662,7 milhões, o que representa 104% da meta estabelecida para o período e corresponde a um acréscimo de 7,25% em comparação ao valor contratado no primeiro semestre de 2018.

Quanto à finalidade do crédito, registra-se que 52% foram destinados ao custeio e 48% para investimento. Com relação à região onde os recursos foram aplicados, vale ressaltar que 51% foram destinados ao semiárido nordestino.

### **Microempreendedor Urbano – Crediamigo**

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhões de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia.

O atendimento personalizado, a utilização de metodologia específica para microcrédito urbano, a orientação financeira e ambiental, bem como o crédito ágil e adequado ao ciclo do negócio são diferenciais do Programa, que o consolidam como líder do microcrédito na América do Sul.

No 1º semestre de 2019, o Crediamigo contratou 2,158 milhões de operações, volume 4,88% superior ao desempenho no mesmo período de 2018. O valor emprestado no semestre ultrapassou a cifra de R\$ 4,77 bilhões, apresentando um crescimento de 11,11% comparativamente ao acumulado até junho de 2018.

### **Microempreendedor Rural – Agroamigo**

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

No primeiro semestre de 2019, o Banco do Nordeste contratou pelo Agroamigo 219,3 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.104,8 milhões. Do total dos recursos, 77,2% foram destinados a financiamentos na região semiárida. O Programa atingiu uma carteira ativa de R\$ 4,55 bilhões e mais de 1,38 milhão de operações. Destaca-se a redução da inadimplência do Programa, ficando em 4,79% em junho/19, representando uma redução de 12,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

### **Micro e Pequena Empresa (MPE)**

O Banco do Nordeste alcançou, neste primeiro semestre de 2019, resultado recorde em aplicação de crédito junto ao segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Somando-se recursos internos e do FNE foram contratados R\$ 1.743,7 milhões, atendendo 13.981 micro e pequenas empresas em 20.888 operações de crédito. Esse número representa um crescimento na ordem de 51,0% no volume de aplicação comparando com o mesmo período do ano passado, com crescimento na ordem de 27,8 % na quantidade de clientes atendidos.

Entre as diversas ações desenvolvidas com o objetivo elevar o apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Banco do Nordeste vem ampliando as parceiras com franqueadoras e entidades de classe. Em maio/2019 foi firmada parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), promovendo ações de divulgação das linhas de crédito em todos os Estados de nossa atuação e ampliando o apoio aos filiados da entidade parceira. Outra ação importante no primeiro semestre, foi a promoção de capacitação dos gerentes de negócios especializados em micro e pequenas empresas, por meio da realização de treinamentos presenciais e à distância. O setor de comércio foi o principal beneficiado pelas linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas, sendo atendido com R\$ 929,5 milhões em contratações, correspondendo a 55,9% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento, conforme apresentado na Tabela 5.

Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, com recursos do FNE, 7.395 operações, o que representa 78,3% do total de operações efetivadas.

**Tabela 5 - Contratações do Segmento MPE por Setor Econômico**

Setor Econômico	% de Contratações
Comércio	55,9%
Serviços	25,8%
Indústria	15,7%
Rural	2,6%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

### **Corporate**

O segmento *Corporate* é composto por empresas de grande porte com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões, além de empresas com operações sindicalizadas ou no âmbito da Infraestrutura, independentemente de seu faturamento. No primeiro semestre de 2019, as 14 carteiras *Corporate* tinham 816 clientes, um quantitativo 12,4% maior em relação à base de clientes existentes no final do primeiro semestre de 2018.

Até junho de 2019, as carteiras do segmento *Corporate* apresentaram os seguintes resultados: i) contratações com recursos do FNE, inclusive operações de Infraestrutura e NE Exportação, no valor de R\$ 5,7 bilhões; e ii) contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 90,8 milhões.

Destaque-se a forte participação do segmento *Corporate* na aplicação de recursos do FNE, representando, ao final do 1º semestre/2019, em torno de 42,6% de toda contratação do Banco com essa fonte de recursos, influenciado principalmente pelas contratações no âmbito da Infraestrutura. As contratações do semestre totalizaram R\$ 5.711,6 milhões, apresentando uma variação de 9,6% em relação ao 1º semestre do ano anterior.

### **Agronegócio Pessoa Física**

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, atendendo aos produtores rurais pessoas físicas, com faturamento bruto anual acima de R\$ 4,8 milhões, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor.

No primeiro semestre de 2019, o Banco contratou 253 operações com recursos do FNE, correspondendo a R\$ 554,5 milhões aplicados, alcançando 114% da meta estabelecida para o período. O volume aplicado representa um acréscimo de 20,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto à finalidade do crédito, registra-se que 74% foram destinados ao custeio, 7% à comercialização e 19% para investimento.

### **Pessoa Física**

Esse segmento atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas, estudantes beneficiados pelo financiamento estudantil e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), os quais são, essencialmente, consumidores de produtos e serviços financeiros tais como crédito para bens de consumo ou aplicações financeiras. O segmento Pessoa Física encerrou o semestre com uma expansão na base de clientes de 4,6%, bem como, alcançou R\$ 210 milhões em operações de Crédito Comercial. Quanto à Captação de Recursos, até junho de 2019, a referida carteira atingiu R\$ 1,84 bilhão. Com relação ao financiamento estudantil foram contratadas mais de R\$ 2,5 milhões em operações com fonte de recursos do FNE. Além disso, neste semestre foi disponibilizado o financiamento de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia, por meio da linha FNE Sol, o qual contratou R\$21,1 milhões, representando 127,8% da meta do período.

### **Governo**

Ao final de junho de 2019, a carteira de governo, atingiu 1.891 clientes, representando uma redução da base em 8,43% em relação ao mesmo período de 2018. O ativo das carteiras de governo (atendimento e especializadas) atingiu R\$ 511,55 milhões em saldo devedor e saldo médio de R\$ 530,96 milhões em aplicações financeiras.

### **Empresarial**

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Ao final do primeiro semestre de 2019, com relação aos clientes inseridos nas carteiras 'Empresariais e Atendimento Clientes Empresariais', o Banco alcançou o quantitativo de 11.138 clientes, apresentando um incremento de 22,1% em relação à base de clientes existentes no final do primeiro semestre de 2018.

No primeiro semestre de 2019, o segmento Empresarial contratou 5.078 operações que totalizaram R\$ 3.723,1 milhões, desempenho 4,2% menor em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Tal fato pode ser explicado devido ao direcionamento das novas operações de infraestrutura para o segmento *Corporate*. Até junho de 2019, as carteiras do segmento Empresarial apresentaram os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 304,7 milhões; contratações de crédito especializado, incluindo operações com recursos do FNE e algumas operações remanescentes de FNE Infraestrutura no valor de R\$ 3,42 bilhões.

### **5.5 Recuperação de Crédito**

No primeiro semestre do ano de 2019 foram regularizados mais de R\$ 7,6 bilhões de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias, dentre os quais R\$ 287,3 milhões foram recebidos em espécie. Este montante importou na regularização de 83.672 operações com recursos do FNE e 5.781 operações com outras fontes.

O volume de regularização, em franca expansão nas renegociações, apresentou significativa participação tendo em vista o enquadramento de operações na Lei nº 13.340/2016 e no Artigo 29-A da Lei nº 13.606/2018, que, respectivamente, possibilitam a produtores rurais a liquidação ou renegociação de operações contratadas até 2011 e as operações integrantes do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer III. Do valor total recuperado, mais de R\$ 5,8 bilhões foram efetivados por meio desses dispositivos legais. Segue Tabela 6 contendo a variação percentual em relação ao mesmo período do ano de 2018:

**Tabela 6 - Variação Percentual de Regularização de Dívida**

(R\$ mil)

2018 1º semestre		2019 1º semestre		Variação % Valor 2019/2018
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
91.591	2.263.146	89.453	7.665.301	239,75%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

## 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco fortaleceu sua esfera superior de governança corporativa e a sua sustentabilidade com a revisão da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Segurança, conformando a Instituição aos dispositivos legais e regulatórios dos órgãos de fiscalização, supervisão e controle interno e externo com a criação de uma unidade que concentra as atividades de *compliance* regulatório e do programa de integridade, bem como empoderou a segunda linha de defesa nas funções de gestão de riscos, controles e conformidade, robustecendo a ambiência e o Sistema de Controles Internos da Instituição.

### 6.1 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem por propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança, visando adicionar valor à organização e reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos corporativos, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva. No primeiro semestre de 2019, destacam-se os seguintes trabalhos de auditoria no período examinado: Controles Internos; Contabilidade, inclusive Partes Relacionadas; Controle Financeiro de Operações de Crédito; Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Folha de Pagamento; Operacionalização de Produtos e Serviços Bancários - Conta Digital; Estratégias de Mercado; Licitação e Contratos; Operacionalização de Produtos e Serviços de Mercado de Capitais; além dos objetos de TI, tais como Gerenciar o Ambiente Físico e Assegurar a Continuidade dos Serviços.

### 6.2 Controles Internos

O Banco do Nordeste possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, onde os controles internos estão presentes em todos os níveis da Instituição e é exercida pelas três linhas de defesa do Sistema de Controles Internos. Os pilares dessa estrutura são as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e os valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com foco nos objetivos empresariais; a transparência e a busca pela segregação de funções, possibilitando a adequada delegação de autoridade e de atribuições; e as políticas de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e de segurança da informação.

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste está descrita no item 6 da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, que está disponibilizada no *site* do Banco na Internet, podendo ser acessada pelo *link* descrito a seguir: <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>.

Com o objetivo de avaliar se os processos estão sendo realizados de acordo com as políticas, normas e procedimentos, o Banco do Nordeste utiliza indicadores de conformidade, que têm estabelecido como piso mínimo o percentual de 95%. O indicador referente ao período acumulado de janeiro a junho de 2019 foi de aproximadamente 97%,

equiparado ao apresentado no exercício de 2018, observando-se um quadro de superação do piso mínimo estabelecido para esse indicador.

Pelo exposto, o conjunto de políticas e diretrizes do BNB reforça o direcionamento para a atuação com transparência, em cumprimento às leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional, e para a gestão institucional efetivada em modelos que buscam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

### **6.3 Gestão de Riscos**

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste estabelece como princípio essencial a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Na gestão de riscos integrados define-se a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para os riscos considerados relevantes são definidos modelos, estratégias, processos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento, sendo eles: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco de taxa de juros (IRRBB), risco de concentração, risco operacional e socioambiental. Esses riscos são monitorados e reportados sistematicamente e periodicamente para a Diretoria Executiva, o Comitê de Gestão de Riscos, o Comitê de Riscos e de Capital e o Conselho de Administração.

Para definição dos limites de apetite por riscos foram considerados, entre outros aspectos, o planejamento estratégico da Instituição, o histórico dos indicadores já utilizados na gestão de riscos, a expectativa de realização de negócios para os próximos anos, bem como o cenário econômico-financeiro. O responsável pelo estabelecimento e pela revisão periódica do apetite por riscos no Banco do Nordeste é o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Riscos e de Capital, da Diretoria Executiva e do Diretor de Controle e Risco (CRO).

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na Política Corporativa de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade, integridade e transparência dos resultados.

Outras informações sobre a nossa política de Gestão de Riscos e Controles Internos estão disponíveis na seção 5 do Formulário de Referência 2019 ano-base 2018, disponíveis no site <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis-e-documentos-cvm>.

## **7. RELACIONAMENTOS**

---

### **7.1 Relacionamento com Cliente**

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão no 1º semestre de 2019 realizou 2.167.500 atendimentos, sendo: 160.880 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 69.958 por canais multimeios (SIC, *e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sites de reclamações); 17.826 boletos emitidos a pedido dos clientes e 1.918.836 atendimentos ativos.

#### **Ouvidoria**

No primeiro semestre de 2019, foram registrados 542 atendimentos, entre reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações, representando um acréscimo de 24% em relação ao segundo semestre de 2018.

De acordo com a Resolução CMN/Bacen nº 4.433/2015, a Ouvidoria tem o prazo de dez dias úteis para enviar resposta às demandas dos clientes e usuários do Banco do Nordeste, prazo que poderá, em até 10% dos casos, ser excepcionalmente prorrogado por mais 10

dias úteis. Destaque-se que, no primeiro semestre de 2019, a Ouvidoria do BNB respondeu a 100% das reclamações dentro do prazo legal.

Em abril/2017, o Banco do Nordeste assumiu compromisso de atender a pelo menos 50% das reclamações recepcionadas em até 5 dias úteis, em consonância com o estabelecido no normativo Sarb 001/2008, do Sistema de Autorregulação Bancária (Sarb), da Febraban. A Ouvidoria do Banco do Nordeste vem obtendo índices superiores ao estabelecido e neste primeiro semestre de 2019, respondeu a 94% das reclamações dentro deste prazo.

## **7.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**

A indústria bancária passa por um processo de transformação digital, neste contexto, as empresas buscam utilizar a tecnologia para melhorar o seu desempenho e garantir melhores resultados em eficiência operacional. O Banco do Nordeste tem investido tanto em novas soluções tecnológicas, quanto em inovações e melhorias da sua infraestrutura tecnológica, de forma que possa sustentar este movimento de transformação.

A seguir são elencadas algumas das principais ações já implantadas ao longo do primeiro semestre de 2019:

- **Sistema Sede Eletrônico:** Projeto que produziu melhorias no sistema SEDE para automatizar o volume de transações contábeis, ampliando a segurança da informação contábil.
- **Sistema de Automação de Editais:** Projeto que automatizou a produção de editais e instrumentos contratuais, agilizando o processo de elaboração destes documentos e o controle de suas aprovações.
- **Integração do Projeto Notas Contágio com o Sistema de Informações de Crédito:** ação relacionada à nova classificação de risco das operações e propostas de abertura de crédito, em conformidade aos preceitos da Resolução 2682/99, do Bacen.
- **Contratação de Fábricas de Software:** Projeto de aquisição de serviços especializados em TI para elevar a quantidade de entregas de sistemas em produção, melhorar o atendimento e reduzir os prazos de implantação de sistemas.
- **Sistema Plataforma de Crédito Especializado:** Projeto que desenvolve melhorias no atual processo de concessão de crédito, automatizando diversas etapas que permitirão maior celeridade na concessão de crédito.
- **Projeto de Renegociação Digital:** Projeto que permite aos clientes do Banco renegociar suas dívidas pelo *Mobile Banking*.
- **Sistema de Microcrédito Rural:** Projeto que abrange novas funcionalidades e permite o acesso nas plataformas *web* e *mobile*, trazendo como principal benefício a redução de 54% do tempo médio de processamento de uma proposta do Agroamigo.
- **Projeto Compartilhamento da Rede Saque e Pague:** Projeto de melhoria nos canais de atendimento que entregou novas funcionalidades, tais como: Depósito sem Cartão; Depósito de Varejista sem cartão e Pagamento de Títulos em dinheiro, com troco em conta ou com débito em conta.
- **Projeto SDWAN:** Projeto de implantação de nova infraestrutura de Rede WAN do BNB. O Banco do Nordeste é o primeiro banco do país a implantar tecnologia SDWAN em todos seus pontos de presença física, com o objetivo de otimizar o desempenho dos aplicativos por meio de *links* híbridos ou de Internet com acesso direto e seguro a aplicativos corporativos, permitindo que cada agência conte com três *links* ativos, com velocidades entre 10 e 30 megabytes.
- **Projeto Novo Storage:** Projeto de contratação de Solução de Armazenamento Externo para os sítios primário e secundário do Banco do Nordeste. A nova contratação objetiva

suportar o armazenamento das aplicações e serviços atuais e futuros do Banco, assim como promover a atualização tecnológica da infraestrutura de armazenamento, visando adequá-la à tecnologia de computação em nuvem (*cloud computing*).

## **8. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS**

---

### **8.1 Camed**

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 37.480 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste, norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, além do Distrito Federal. No primeiro semestre de 2019 o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 16,8 milhões. Esse resultado foi superior ao mesmo período do ano de 2018 em 353% em função principalmente do ajuste nas contribuições sociais de 1,5% para 2,5% reconhecido em julho/2018. A Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda (Camed Corretora) está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, e concluiu o referido semestre com um resultado positivo de R\$ 4,4 milhões, representando um crescimento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre principalmente da evolução das receitas de comissões das vendas de seguros de R\$ 21,3 milhões nos primeiros seis meses de 2018 para R\$ 29,2 milhões no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 37%.

### **8.2 Capef**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de investimento de R\$ 4,81 bilhões na posição de 30/06/2019. A Capef possui 12.321 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido - Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes e outro de contribuição variável - Plano CV I, criado em 2010. O Plano BD encerrou o 1º semestre de 2019 com 1.306 participantes ativos, 3.884 aposentados e 1.296 pensionistas e uma rentabilidade de 5,59% equivalente a 108,75% da sua meta atuarial de 5,14% (INPC + 5,50% ao ano). O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Até junho de 2019, esse plano obteve uma rentabilidade de 6,52% equivalente a 136,09% de sua meta atuarial de 4,79% (IPCA + 5,25% ao ano). Este plano encerrou o semestre com 5.541 participantes ativos, 256 aposentados e 38 pensionistas.

## **9. INFORMAÇÕES LEGAIS**

---

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no 1º semestre de 2019, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.



*Demonstrações Financeiras*

**B A N C O**

**Em R\$ MIL**

30.06.2019



**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**A T I V O**

		30.06.2019	30.06.2018 Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>13.928.564</b>	<b>21.672.134</b>
DISPONIBILIDADES .....	(Nota 5)	106.326	101.607
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ .....	(Nota 6.a)	7.040.377	13.160.630
Aplicações no Mercado Aberto .....		6.830.926	12.948.148
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		209.451	212.482
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	97.144	1.369.903
Carteira Própria .....		92.699	789.454
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	580.449
Vinculados à Prestação de Garantias .....		4.445	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		538.737	616.113
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		51.331	47.997
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central .....	(Nota 8.a)	487.153	566.374
Correspondentes.....		253	1.742
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		4.352.454	4.101.781
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	4.642.593	4.627.354
Setor Público.....		136.279	184.476
Setor Privado .....		4.506.314	4.442.878
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(290.139)	(525.573)
OUTROS CRÉDITOS.....		1.768.980	2.299.466
Carteira de Câmbio .....	(Nota 10.a)	905.005	1.015.405
Rendas a Receber .....	(Nota 10.b)	21.172	21.699
Negociação e Intermediação de Valores .....	(Nota 10.c)	20	12
Diversos .....	(Nota 10.d)	893.423	1.270.701
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.e)	(50.640)	(8.351)
OUTROS VALORES E BENS .....		24.546	22.634
Outros Valores e Bens .....		19.366	14.701
(Provisões para Desvalorizações) .....		(3.276)	(617)
Despesas Antecipadas .....		8.456	8.550
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>45.522.863</b>	<b>36.168.541</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	38.188.494	29.130.638
Carteira Própria.....		35.907.457	27.750.077
Vinculados a Compromissos de Recompra .....		1.566.392	941.493
Vinculados à Prestação de Garantias .....		708.863	439.068
Tits. Objeto de Ops. Compromis. C./Liv. Moviment.....		5.782	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		72.637	68.582
Créditos Vinculados:			
SFH - Sistema Financeiro da Habitação .....	(Nota 8.a)	72.637	68.582
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		4.631.205	4.718.930
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	4.969.128	4.916.074
Setor Público .....		381.253	519.767
Setor Privado .....		4.587.875	4.396.307
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(337.923)	(197.144)
OUTROS CRÉDITOS .....		2.630.527	2.250.391
Diversos .....	(Nota 10.d)	2.658.319	2.278.088
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.e)	(27.792)	(27.697)
<b>PERMANENTE</b> .....	(Nota 12)	<b>227.984</b>	<b>211.726</b>
INVESTIMENTOS .....		1.592	1.591
Outros Investimentos.....		6.878	6.877
(Provisão para Perdas) .....		(5.286)	(5.286)
IMOBILIZADO DE USO.....		225.829	190.188
Imóveis de Uso .....		173.011	169.752
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		107.132	107.132
Outras Imobilizações de Uso .....		308.213	277.551
(Depreciações Acumuladas) .....		(362.527)	(364.247)
INTANGÍVEL .....		563	19.947
Ativos Intangíveis.....		563	19.947
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>59.679.411</b>	<b>58.052.401</b>



**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**PASSIVO**

		30.06.2019	30.06.2018
			Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>13.484.816</b>	<b>17.034.430</b>
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	6.266.000	6.296.602
Depósitos a Vista.....		427.855	238.300
Depósitos de Poupança.....		2.491.531	2.255.666
Depósitos Interfinanceiros.....		1.266.860	1.464.841
Depósitos a Prazo.....		2.079.754	2.337.795
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO</b> .....	(Nota 13.c)	<b>1.561.111</b>	<b>1.045.419</b>
Carteira Própria.....		1.561.111	931.606
Carteira de Terceiros.....		-	113.813
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS</b> .....	(Nota 15)	<b>141.564</b>	<b>1.333.153</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		141.564	166.787
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		-	1.166.366
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> .....		<b>47.399</b>	<b>37.619</b>
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		47.399	37.619
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b> .....		<b>5.319</b>	<b>21.854</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		3.660	4.648
Transferências Internas de Recursos.....		1.659	17.206
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS</b> .....	(Nota 14.c)	<b>939.406</b>	<b>1.048.962</b>
Empréstimos no Exterior.....		939.406	1.048.962
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> .....	(Nota 14.b)	<b>115.333</b>	<b>133.429</b>
Tesouro Nacional.....		166	193
BNDES.....		98.276	114.604
FINAME.....		16.891	18.632
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b> .....	(Nota 7.c)	<b>-</b>	<b>84</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	84
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR</b> .....	(Nota 14.d)	<b>111.132</b>	<b>167.935</b>
Repasse do Exterior.....		111.132	167.935
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> .....		<b>4.297.552</b>	<b>6.949.373</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	113.798	83.879
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	10.311	29.726
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	231.100	69.076
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	553.328	442.410
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 16.e)	158	153
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	995.486	3.952.054
Diversas.....	(Nota 16.i)	2.393.371	2.372.075
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>41.466.813</b>	<b>37.033.590</b>
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	6.102.653	5.561.430
Depósitos Interfinanceiros.....		-	12.780
Depósitos a Prazo.....		6.102.653	5.548.650
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO</b> .....	(Nota 13.c)	<b>9.086</b>	<b>8.554</b>
Carteira Própria.....		9.086	8.554
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS</b> .....	(Nota 15)	<b>-</b>	<b>67</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		-	67
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> .....	(Nota 14.b)	<b>1.081.920</b>	<b>1.119.424</b>
Tesouro Nacional.....		330	275
BNDES.....		1.041.252	1.063.531
FINAME.....		40.338	55.618
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR</b> .....	(Nota 14.d)	<b>381.669</b>	<b>491.625</b>
Repasse do Exterior.....		381.669	491.625
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> .....		<b>33.891.485</b>	<b>29.852.490</b>
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	288.561	19.296
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	24.835.267	22.907.656
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 17.c)	2.458.014	2.282.604
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17.a e 17.b)	1.801.040	1.000.000
Diversas.....	(Nota 16.i)	4.508.603	3.642.934
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	(Nota 18)	<b>4.727.782</b>	<b>3.984.381</b>
<b>CAPITAL</b> .....		<b>3.813.000</b>	<b>2.844.000</b>
De Domiciliados no País.....		3.813.000	2.844.000
<b>RESERVAS DE REAVALIAÇÃO</b> .....		<b>13.949</b>	<b>14.008</b>
<b>RESERVAS DE LUCROS</b> .....		<b>1.896.401</b>	<b>1.856.561</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....		(995.568)	(806.947)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....		-	76.759
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>59.679.411</b>	<b>58.052.401</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018**  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

		1º Sem/2019	1º Sem/2018 Reapresentado
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>2.857.130</b>	<b>2.668.839</b>
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.319.292	931.527
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....	(Nota 7.b)	1.408.204	1.348.547
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos .....	(Nota 7.d)	47.343	156.219
Resultado de Operações de Câmbio .....	(Nota 11.b)	69.486	220.038
Resultado das Aplicações Compulsórias .....	(Nota 8.b)	12.805	12.508
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>(1.610.486)</b>	<b>(1.960.395)</b>
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(489.654)	(564.181)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(904.333)	(1.172.069)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	(Nota 9.e)	(216.499)	(224.145)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>1.246.644</b>	<b>708.444</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....</b>	(Nota 19)	<b>(79.323)</b>	<b>(261.472)</b>
Receitas de Prestação de Serviços.....		1.233.015	1.180.580
Rendas de Tarifas Bancárias.....		44.745	36.379
Despesas de Pessoal:		(999.790)	(942.990)
Despesas de Pessoal.....		(861.274)	(813.730)
Benefícios Pós-Emprego.....		(138.516)	(129.260)
Outras Despesas Administrativas.....		(621.489)	(622.386)
Despesas Tributárias.....	(Nota 20.e)	(178.035)	(153.252)
Outras Receitas Operacionais.....		1.040.276	947.577
Outras Despesas Operacionais.....		(598.045)	(707.380)
<b>RESULTADO OPERACIONAL .....</b>		<b>1.167.321</b>	<b>446.972</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....</b>		<b>(3.319)</b>	<b>2.223</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....</b>		<b>1.164.002</b>	<b>449.195</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>	(Nota 20)	<b>(372.895)</b>	<b>(204.500)</b>
Provisão para Imposto de Renda.....		(155.406)	(132.334)
Provisão para Contribuição Social .....		(96.200)	(108.731)
Ativo Fiscal Diferido.....		(121.289)	36.565
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....</b>		<b>(46.330)</b>	<b>(14.060)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO.....</b>		<b>744.777</b>	<b>230.635</b>
Nº de Ações (em mil) .....		86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		8,62	2,67

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018

Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31.12.2017 REAPRESENTADOS.....</b>	<b>2.844.000</b>	<b>11.769</b>	<b>271.416</b>	<b>1.413.610</b>	<b>(850.954)</b>	<b>60.870</b>	<b>3.750.711</b>
<b>AJUSTES RESOLUÇÃO CMN Nº 4.535, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS:</b>							
DEPRECIÇÃO.....	-	-	-	-	-	19.343	19.343
ESTORNO DE REALIZAÇÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO.....	-	2.254	-	-	-	(2.254)	-
<b>SALDOS EM 31.12.2017 AJUSTADOS.....</b>	<b>2.844.000</b>	<b>14.023</b>	<b>271.416</b>	<b>1.413.610</b>	<b>(850.954)</b>	<b>77.959</b>	<b>3.770.054</b>
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Credores.....						5.768	5.768
Devedores.....						(12.691)	(12.691)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							
Ajuste de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....					(67.881)		(67.881)
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....					111.888		111.888
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários).....		(177)				177	-
Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação (Líquido dos Efeitos Tributários) (Resolução CMN Nº 4.535).....		162				(17)	145
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....						230.635	230.635
Destinações:							
Reservas.....			11.591	159.944		(171.535)	-
Provisão para Dividendos/JCP.....						(53.537)	(53.537)
<b>SALDOS EM 30.06.2018 REAPRESENTADOS.....</b>	<b>2.844.000</b>	<b>14.008</b>	<b>283.007</b>	<b>1.573.554</b>	<b>(806.947)</b>	<b>76.759</b>	<b>3.984.381</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>11.591</b>	<b>159.944</b>	<b>44.007</b>	<b>(1.200)</b>	<b>214.327</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2018.....</b>	<b>2.844.000</b>	<b>11.592</b>	<b>307.691</b>	<b>1.969.700</b>	<b>(950.962)</b>	<b>-</b>	<b>4.182.021</b>
<b>AJUSTES RESOLUÇÃO CMN Nº 4.535, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS:</b>							
DEPRECIÇÃO.....	-	-	-	-	-	30.858	30.858
ESTORNO DE REALIZAÇÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO.....	-	2.387	-	-	-	(2.387)	-
<b>SALDOS EM 31.12.2018 AJUSTADOS.....</b>	<b>2.844.000</b>	<b>13.979</b>	<b>307.691</b>	<b>1.969.700</b>	<b>(950.962)</b>	<b>28.471</b>	<b>4.212.879</b>
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:							
Devedores.....						(919)	(919)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:							
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....					318.353		318.353
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....					(362.959)		(362.959)
AUMENTO DE CAPITAL:							
Proveniente de Reservas:							
Transferência para Aumento de Capital.....	969.000			(969.000)			
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários).....		12				(12)	-
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....		(42)				42	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....						744.777	744.777
Destinações:							
Reservas.....			37.239	550.771		(588.010)	-
Remuneração do Capital a Pagar:							
Dividendos.....						(17.507)	(17.507)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....						(166.842)	(166.842)
<b>SALDOS EM 30.06.2019.....</b>	<b>3.813.000</b>	<b>13.949</b>	<b>344.930</b>	<b>1.551.471</b>	<b>(995.568)</b>	<b>-</b>	<b>4.727.782</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>	<b>969.000</b>	<b>(30)</b>	<b>37.239</b>	<b>(418.229)</b>	<b>(44.606)</b>	<b>(28.471)</b>	<b>514.903</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018**  
 Direção Geral e Agências no País  
 (Valores em R\$ Mil)

	30/06/2019	30.06.2018 Reapresentado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro Líquido do Período.....</b>	<b>744.777</b>	<b>230.635</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido:</b>		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	5.736	4.928
Provisão líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	2.644	(2)
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	176.265	218.917
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa .....	40.234	5.228
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE) .....	140.031	405.582
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE) .....	41	2.782
Provisão líquida para Contingências.....	41.647	27.709
Provisão líquida para outras Contingências.....	43.032	24.842
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego) .....	137.863	128.824
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	157.532	61.451
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais .....	8.810	17.091
Ativo Fiscal Diferido.....	121.289	(36.565)
Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	(49)	(47)
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principa.....	4.674	4.365
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais.....	(6.264)	(6.306)
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras .....	2.072	-
<b>Lucro Líquido Ajustado.....</b>	<b>1.620.334</b>	<b>1.089.434</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	88.853	(75.660)
Relações Interfinanceiras e Interdependências .....	6.128	(46.998)
Operações de Crédito.....	(117.106)	59.826
Outros Créditos.....	(48.018)	46.444
Outros Valores e Bens.....	2.573	9.294
Depósitos.....	(454.419)	32.759
Captações no Mercado Aberto .....	188.717	67.525
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	38.686	143.952
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(73.596)	(145.903)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	564.072	(153.853)
Outras Obrigações.....	1.352.573	3.120.333
Reversão da Reserva de Reavaliação .....	-	145
Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535.....	2.387	-
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....	(30)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(135.227)	(198.783)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	27.582	(6.923)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>3.063.509</b>	<b>3.941.592</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Inversões em Investimentos.....	(1)	-
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(60.496)	(3.229)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(6.428)	(66)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	395	1.088
Baixa de Ativo Intangível.....	19.385	43
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	3.144	-
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(2.179.606)	(3.554.947)
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....</b>	<b>(2.223.607)</b>	<b>(3.557.111)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio .....	(131.021)	(93.669)
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal .....	(178.156)	(196.838)
Pagamento de Eurobonds.....	(1.208.582)	-
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>(1.517.759)</b>	<b>(290.507)</b>
<b>Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>(677.857)</b>	<b>93.974</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No Início do Período.....	7.615.109	12.841.968
No Fim do Período.....	6.937.252	12.935.942
<b>Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>(677.857)</b>	<b>93.974</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2019	%	30.06.2018 Reapresentado	%
<b>RECEITAS</b>	<b>4.357.303</b>		<b>3.904.073</b>	
Intermediação Financeira	2.857.130		2.668.839	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.277.760		1.216.959	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(216.499)		(224.145)	
Outras Receitas/Despesas	438.912		242.420	
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.393.987)</b>		<b>(1.736.250)</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(598.164)</b>		<b>(599.464)</b>	
Materiais, Energia e Outros	(46.302)		(41.044)	
Serviços de Terceiros	(328.424)		(312.039)	
<b>Outras</b>	<b>(223.438)</b>		<b>(246.381)</b>	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(135.897)		(142.875)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(8.146)		(19.036)	
Transportes	(13.616)		(15.764)	
Segurança	(31.525)		(30.114)	
Viagens	(7.846)		(8.295)	
Outras	(26.408)		(30.297)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.365.152</b>		<b>1.568.359</b>	
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(5.736)</b>		<b>(4.928)</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	(5.736)		(4.928)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>2.359.416</b>		<b>1.563.431</b>	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>2.359.416</b>		<b>1.563.431</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2.359.416</b>		<b>1.563.431</b>	
<b>PESSOAL</b>	<b>911.337</b>	<b>38,60</b>	<b>827.639</b>	<b>52,90</b>
<b>REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>636.216</b>	<b>26,90</b>	<b>560.286</b>	<b>35,80</b>
Proventos	589.886		546.226	
Honorários da Diretoria	-		0	
Participação nos lucros	46.330		14.060	
<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>231.182</b>	<b>9,80</b>	<b>225.108</b>	<b>14,40</b>
Provisões (Benefícios pós-emprego)	138.516		129.260	
Benefícios - Outros	92.666		95.848	
<b>FGTS</b>	<b>43.939</b>	<b>1,90</b>	<b>42.245</b>	<b>2,70</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>685.713</b>	<b>29,10</b>	<b>487.164</b>	<b>31,20</b>
Federais	665.519		469.641	
Estaduais	35		15	
Municipais	20.159		17.508	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS</b>	<b>17.589</b>	<b>0,70</b>	<b>17.993</b>	<b>1,20</b>
Juros	-		-	
Aluguéis	17.589		17.993	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>744.777</b>	<b>31,60</b>	<b>230.635</b>	<b>14,70</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>166.842</b>	<b>7,10</b>	<b>53.537</b>	<b>3,40</b>
União	92.521		27.304	
Outros	74.321		26.233	
<b>DIVIDENDOS</b>	<b>17.507</b>	<b>0,70</b>	-	
União	9.709		-	
Outros	7.798		-	
<b>LUCROS RETIDOS NO PERÍODO</b>	<b>560.428</b>	<b>23,80</b>	<b>177.098</b>	<b>11,30</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018

### Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Impostos e Contribuições
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12- Permanente	
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

#### **NOTA 1 - O Banco e suas Características**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### **NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária (Deliberação CVM nº 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

### **NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **a) Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### **b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *prorata temporis*.

#### **c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

#### **d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### **e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### **f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)**

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em conta os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio, neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo das Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários

#### **g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

#### **Hedge Accounting**

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge*, compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

**h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

**i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

**j) Permanente**

**Investimentos:** estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

**Imobilizado de Uso:** avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, esta calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do Ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens, conforme a seguir: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revisados a cada ano.

**Intangível:** corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

**k) Tributos**

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente (nota nº 21). O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, estes créditos são registrados em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002.

A Resolução CMN nº 3.059/2002 determina os critérios essenciais para a constituição e manutenção dos créditos Tributários do IRPJ/CSLL, dentre os quais, menciona-se:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício em referência;
- Haver expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros no prazo máximo de 10 anos;
- Reavaliar a cada balanço semestral e anual, procedendo à baixa do crédito quando: a) não atendidas as condições anteriores; ou b) os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos; ou c) da existência de dúvidas quanto à continuidade operacional da instituição.

No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, a legislação societária não estabeleceu critérios para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – a) cronograma de reembolso do crédito; b) enquadramento em Perdas da Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões – previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações, etc.);
- Ajuste a Valor de Mercado –prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996 – cronograma de reembolso do crédito;
- Depreciação – previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota 20.

#### **l) Benefícios a Empregados**

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

#### **m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

**n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

**o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

**p) Dívidas Subordinadas**

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

**q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP, líquidos de IR, poderão ser imputados aos dividendos.

**r) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

**s) Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

## Reapresentação de Saldos Comparativos

O Banco alterou sua política contábil em relação ao reconhecimento dos créditos tributários sobre passivos contingentes, que passaram a ser reconhecidos à medida que as projeções indiquem sua realização no prazo de 10 anos.

Quanto aos créditos tributários sobre provisões atuariais, o Banco deixou de considerar o fluxo das contribuições estimadas nos próximos 10 anos como base de realização da parcela referente a perdas atuariais, bem como ajustou a base de cálculo do tributo diferido.

O Banco procedeu também ajustes de classificação de créditos tributários lançados às rubricas de Ajuste de Avaliação Patrimonial, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Resultado do Exercício de 2017.

Adicionalmente, em 2019 o Banco recalculou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535/2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de lucros acumulados e despesas de depreciação.

Conforme CPC nº 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 30.06.2018, que estão sendo reapresentados:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	30.06.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>35.982.325</b>	<b>186.216</b>	<b>36.168.541</b>
Outros Créditos	2.064.175	186.216	2.250.391
Diversos	2.091.872	186.216	2.278.088
<b>Ativo Permanente</b>	<b>171.685</b>	<b>40.041</b>	<b>211.726</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>150.147</b>	<b>40.041</b>	<b>190.188</b>
(Depreciação Acumulada)	(404.288)	40.041	(364.247)
<b>Total do Ativo</b>	<b>57.826.144</b>	<b>226.257</b>	<b>58.052.401</b>
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>37.019.329</b>	<b>14.261</b>	<b>37.033.590</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>29.838.229</b>	<b>14.261</b>	<b>29.852.490</b>
Fiscais e Previdenciárias	5.035	14.261	19.296
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.772.385</b>	<b>211.996</b>	<b>3.984.381</b>
Reservas de Reavaliação	11.592	2.416	14.008
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(939.768)	132.821	(806.947)
Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA)	-	76.759	76.759
<b>Total do Passivo</b>	<b>57.826.144</b>	<b>226.257</b>	<b>58.052.401</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	30.06.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(632.692)</b>	<b>10.306</b>	<b>(622.386)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(193.011)</b>	<b>(11.489)</b>	<b>(204.500)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(129.825)	(2.509)	(132.334)
Provisão para Contribuição Social	(107.226)	(1.505)	(108.731)
Ativo Fiscal Diferido	44.040	(7.475)	36.565
<b>Lucro Líquido</b>	<b>231.818</b>	<b>(1.183)</b>	<b>230.635</b>
<b>Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) – em R\$</b>	<b>2,68</b>	<b>(0,01)</b>	<b>2,67</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01.01.2018			30.06.2018		
	Original	Ajuste	Ajustado	Saldo Inicial <sup>(1)</sup>	Ajuste	Reapresentado
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.750.711</b>	<b>19.343</b>	<b>3.770.054</b>	<b>3.772.385</b>	<b>211.996</b>	<b>3.984.381</b>
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>11.769</b>	<b>2.254</b>	<b>14.023</b>	<b>11.592</b>	<b>2.416</b>	<b>14.008</b>
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(850.954)</b>	<b>-</b>	<b>(850.954)</b>	<b>(939.768)</b>	<b>132.821</b>	<b>(806.947)</b>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>60.870</b>	<b>17.089</b>	<b>77.959</b>	<b>77.959</b>	<b>(1.200)<sup>(2)</sup></b>	<b>76.759</b>

<sup>(1)</sup> Saldo Inicial é constituído pelo valor ajustado acrescido da movimentação do 1º semestre de 2018.

<sup>(2)</sup> Ajuste Resolução CMN N° 4.535, Líquido dos Efeitos Tributários.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	01.01.2018			30.06.2018		
	Reapresentado	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>716.385</b>	<b>-</b>	<b>716.385</b>	<b>231.818</b>	<b>(1.183)</b>	<b>230.635</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	39.835	-	39.835	15.234	(10.306)	4.928
Ativo Fiscal Diferido	-	-	-	44.040	(80.605)	(36.565)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.187.834</b>	<b>(98.400)</b>	<b>1.089.434</b>
Outros Créditos <sup>(1)</sup>	157.857	208.674	366.531	(62.925)	109.369	46.444
Outras Obrigações	5.416.384	158.196	5.574.580	3.131.447	(11.114)	3.120.333
Reversão da Reserva de Reavaliação	407	-	407	-	145	145

<sup>(1)</sup> Inclui reapresentação referente à atualização monetária de depósitos recursais, no valor de R\$ 6.306

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	30.06.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Retenções	(15.234)	10.306	(4.928)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(15.234)	10.306	(4.928)
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>475.675</b>	<b>11.489</b>	<b>487.274</b>
Federais	458.152	11.489	469.641
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>231.818</b>	<b>(1.183)</b>	<b>230.635</b>
<b>LUCROS RETIDOS NO PERÍODO</b>	<b>178.281</b>	<b>(1.183)</b>	<b>177.098</b>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	30.06.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	231.818	(1.183)	230.635
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>59.167</b>	<b>(15.000)</b>	<b>44.167</b>
Reserva de Reavaliação	(145)	(17)	(162)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(59.609)	(14.983)	(74.592)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>290.985</b>	<b>(16.183)</b>	<b>274.802</b>

#### NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.06.2019 e 30.06.2018.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 30.06.2019			01.01 a 30.06.2018 Reapresentado		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>2.303.954</b>	<b>1.590.133</b>	<b>3.894.087</b>	<b>2.136.469</b>	<b>1.482.170</b>	<b>3.618.639</b>
Receitas de Operações de Crédito	1.319.292	-	1.319.292	931.527	-	931.527
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	587.034	821.170	1.408.204	524.353	824.194	1.348.547
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	47.343	-	47.343	156.219	-	156.219
Resultado de Operações de Câmbio	69.486	-	69.486	220.038	-	220.038
Resultado de Aplicações Compulsórias	12.805	-	12.805	12.508	-	12.508
Outras Receitas	267.994	768.963	1.036.957	291.824	657.976	949.800
<b>Despesas</b>	<b>(779.255)</b>	<b>(973.242)</b>	<b>(1.752.497)</b>	<b>(1.146.316)</b>	<b>(1.220.858)</b>	<b>(2.367.174)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(489.654)	-	(489.654)	(564.181)	-	(564.181)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(73.102)	(831.231)	(904.333)	(357.990)	(814.079)	(1.172.069)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e e 19.g)	(216.499)	(142.011)	(358.510)	(224.145)	(406.772)	(630.917)
Provisão Proagro a Receber	-	-	-	-	(7)	(7)
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.524.699</b>	<b>616.891</b>	<b>2.141.590</b>	<b>990.153</b>	<b>261.312</b>	<b>1.251.465</b>
Rendas de Prestação de Serviços	308.083	924.932	1.233.015	278.185	902.395	1.180.580
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	44.745	-	44.745	36.379	-	36.379
<b>Pasep e Cofins</b>	<b>(45.816)</b>	<b>(111.479)</b>	<b>(157.295)</b>	<b>(28.842)</b>	<b>(106.509)</b>	<b>(135.351)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.831.711</b>	<b>1.430.344</b>	<b>3.262.055</b>	<b>1.275.875</b>	<b>1.057.198</b>	<b>2.333.073</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(1.621.279)</b>			<b>(1.565.376)</b>
Despesas de Pessoal			(999.790)			(942.990)
Depreciação e Amortização			(5.736)			(4.928)
Outras Despesas Administrativas			(615.753)			(617.452)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(392.095)</b>			<b>(265.434)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(84.679)</b>			<b>(53.068)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>1.164.002</b>			<b>449.195</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(372.895)			(204.500)
Participações no Lucro			(46.330)			(14.060)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>744.777</b>			<b>230.635</b>

## NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades em Moeda Nacional	99.029	95.149
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	7.297	6.458
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>106.326</b>	<b>101.607</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	6.830.926	12.834.335
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>6.937.252</b>	<b>12.935.942</b>

<sup>(1)</sup> Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

## NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### a) Composição

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>6.830.926</b>	<b>12.948.148</b>
Revendas a Liquidar	6.830.926	12.834.335
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	-	113.813
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>209.451</b>	<b>212.482</b>
Aplicações em Moedas Estrangeiras	43.477	47.838
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	165.974	164.644
<b>Total</b>	<b>7.040.377</b>	<b>13.160.630</b>
Saldo de Curto Prazo	7.040.377	13.160.630

### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>226.668</b>	<b>406.951</b>
Posição Bancada	222.816	403.555
Posição Financiada	3.852	3.396
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>3.624</b>	<b>4.090</b>
<b>Total</b>	<b>230.292</b>	<b>411.041</b>

## NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

#### a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	30.06.2019									30.06.2018	
	Sem Vencimento	Valor de Mercado				Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>13.000</b>	-	2.574	-	<b>37.254.409</b>		<b>37.202.692</b>	<b>37.269.983</b>	<b>67.291</b>	<b>29.245.394</b>	<b>(659.086)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	33.267.223	2020 a 2025	33.264.508	33.267.223	2.715	27.119.516	2.009
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.004.345	2050 a 2055	2.293.751	3.004.345	710.594	1.277.255	(7.204)
Letras Financeiras	-	-	-	-	855.986	2020 a 2022	893.325	855.986	(37.339)	757.214	(7.312)
Debêntures	13.000	-	2.549	-	123.607	2019 a 2041	709.789	139.156	(570.633)	87.561	(610.836)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.177	2027	3.820	3.177	(643)	3.617	(733)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	37.382	-	(37.382)	-	(34.960)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	25	-	71	2019 a 2022	117	96	(21)	231	(50)
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>370</b>	-	-	-	<b>80</b>		<b>2.055</b>	<b>450</b>	<b>(1.605)</b>	<b>404</b>	<b>(1.605)</b>
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.605	-	(1.605)	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	335	-	-	-	80	Sem Vencimento	415	415	-	377	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	35	-	-	-	-	Sem Vencimento	35	35	-	27	-
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>50.039</b>	-	-	-	-		<b>23.241</b>	<b>50.039</b>	<b>26.798</b>	<b>17.721</b>	<b>(4.526)</b>
Outros Incentivos Fiscais – Finor	194	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	194	85	187	78
Ações de Companhias Abertas	49.845	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	49.845	26.713	17.534	(4.604)
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	-	-	<b>4.445</b>	-	<b>708.864</b>		<b>713.452</b>	<b>713.309</b>	<b>(143)</b>	<b>439.068</b>	<b>(332)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	708.864	2020 a 2025	708.050	708.864	814	426.749	493
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	946	-	(946)	-	(885)
Debêntures	-	-	4.445	-	-	2019	4.456	4.445	(11)	12.319	60
<b>Total da Categoria</b>	<b>63.409</b>	-	<b>7.019</b>	-	<b>37.963.353</b>		<b>37.941.440</b>	<b>38.033.781</b>	<b>92.341</b>	<b>29.702.587</b>	<b>(665.549)</b>
Crédito Tributário (Nota 10.d e 20.c)									264.341		273.461
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d)									(299.280)		(5.070)
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>									<b>57.402</b>		<b>(397.158)</b>

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 521.191 (R\$ 262.482 em 30.06.2018); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.176 (R\$ 2.986 em 30.06.2018); Garantias em Processos Judiciais R\$ 160.193 (R\$ 146.569 em 30.06.2018); e Demais Garantias R\$ 28.748 (R\$ 27.030 em 30.06.2018).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 92.341((R\$665.549)em 30.06.2018). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 57.402((R\$ 397.158)em 30.06.2018).

Títulos Mantidos até o Vencimento	30.06.2019						30.06.2018		
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	<b>14.302</b>	<b>12.414</b>	<b>225.141</b>		<b>251.858</b>	<b>225.186</b>	<b>217.505</b>	<b>140.709</b>
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	182.247	2030	182.247	155.575	171.792	94.996
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	14.302	-	-	2019	14.302	14.302	8.799	8.799
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	13.975	2023	13.975	13.975	12.926	12.926
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	2.965	2025	2.965	2.965	1.369	1.369
FIP Brasil Agronegócios	-	-	12.414	-	2020	12.414	12.414	13.404	13.404
Nordeste III FIP	-	-	-	25.954	2023	25.955	25.955	9.215	9.215
<b>Total da Categoria</b>	-	<b>14.302</b>	<b>12.414</b>	<b>225.141</b>		<b>251.858</b>	<b>225.186</b>	<b>217.505</b>	<b>140.709</b>

<sup>(1)</sup>Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

- a.2) No período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
- a.3) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

#### b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	226.668	406.951
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	3.624	4.090
Títulos de Renda Fixa	1.177.719	937.326
Títulos de Renda Variável	193	180
<b>Total</b>	<b>1.408.204</b>	<b>1.348.547</b>

#### c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2019, o Banco não possui operações de *swap*, visto que os contratos venceram em 03.05.2019.

Especificação	30.06.2018	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-
3 a 12 meses	580.449	84
1 a 3 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>580.449</b>	<b>84</b>

#### c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2018				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.164.753	584.851	1.165.216	584.851	463
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds</i> – <i>Senior Unsecured Notes</i>	1.164.753		1.165.221		468
Crédito Tributário (Nota 10.d e 20.c)					187

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.145, em 30.06.2018, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds* – *Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

#### d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
<i>Swap</i>	47.343	156.219
<b>Total</b>	<b>47.343</b>	<b>156.219</b>

## NOTA 8 – Créditos Vinculados

### a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2019			30.06.2018		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	477.025	-	477.025	467.062	-	467.062
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	10.128	-	10.128	99.312	-	99.312
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	80.963	(8.326)	72.637	76.811	(8.229)	68.582
<b>Total</b>	<b>568.116</b>	<b>(8.326)</b>	<b>559.790</b>	<b>643.185</b>	<b>(8.229)</b>	<b>634.956</b>
Saldo de Curto Prazo	487.153	-	487.153	566.374	-	566.374
Saldo de Longo Prazo	80.963	(8.326)	72.637	76.811	(8.229)	68.582

### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.750	10.565
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.104	1.990
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(49)	(47)
<b>Total</b>	<b>12.805</b>	<b>12.508</b>

## NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2019		30.06.2018	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>9.611.721</b>	<b>(628.062)</b>	<b>9.543.428</b>	<b>(722.717)</b>
Curto Prazo	4.642.593	(290.139)	4.627.354	(525.573)
Longo Prazo	4.969.128	(337.923)	4.916.074	(197.144)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>938.080</b>	<b>(50.640)</b>	<b>902.668</b>	<b>(8.351)</b>
Curto Prazo	920.889	(50.640)	902.492	(8.351)
Longo Prazo	17.191	-	176	-
<b>Total</b>	<b>10.549.801</b>	<b>(678.702)</b>	<b>10.446.096</b>	<b>(731.068)</b>

#### a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Adiantamentos a Depositantes	587	1.464
Empréstimos	4.540.124	4.406.023
Títulos Descontados	7.174	17.689
Financiamentos	1.538.023	1.710.245
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	24.726	53.946
Financiamentos Agroindustriais	5.517	6.364
Financiamentos Rurais	1.381.550	1.365.718
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.114.020	1.981.979
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>9.611.721</b>	<b>9.543.428</b>
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.750	32.990
Devedores por Compra de Valores e Bens	16.056	496
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d)	45.854	46.655
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(1)</sup> (Nota 11.a)	842.420	822.527
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>938.080</b>	<b>902.668</b>
<b>Total</b>	<b>10.549.801</b>	<b>10.446.096</b>

<sup>(1)</sup>Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

#### a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Empréstimos e Títulos Descontados	538.921	421.463
Financiamentos	210.851	315.195
Financiamentos Agroindustriais	508	704
Financiamentos Rurais	331.609	138.845
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	237.403	55.320
<b>Total</b>	<b>1.319.292</b>	<b>931.527</b>

**b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**

**b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Rural	2.575	10.416	2.565	20.258	32.068	1.283.673	1.351.555	1.329.221
Indústria	51.375	69.666	75.792	554.857	142.410	1.428.160	2.322.260	2.470.859
Governo	11.118	11.118	36.301	33.622	44.119	381.253	517.531	703.586
Outros Serviços	117.087	104.155	82.744	259.841	163.552	1.530.388	2.257.767	1.903.972
Comércio	804.080	728.393	550.610	964.888	283.438	187.117	3.518.526	3.208.077
Intermediários Financeiros	63	63	64	187	389	11.771	12.537	811
Habituação	-	-	-	-	-	-	-	240
Pessoas Físicas	24.713	10.920	7.153	13.088	10.811	9.517	76.202	83.134
<b>Total 30.06.2019</b>	<b>1.011.011</b>	<b>934.731</b>	<b>755.229</b>	<b>1.846.741</b>	<b>676.787</b>	<b>4.831.879</b>	<b>10.056.378</b>	
<b>Total 30.06.2018</b>	<b>914.370</b>	<b>839.051</b>	<b>817.630</b>	<b>1.657.555</b>	<b>789.658</b>	<b>4.681.636</b>		<b>9.699.900</b>

<sup>(1)</sup>Incluem os créditos vencidos até 14 dias

**b.2) Créditos em Atraso**

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Rural	18	22	25	381	238	89	773	2.789
Indústria	2.444	2.235	2.161	6.332	11.974	97.743	122.889	131.749
Governo	-	-	-	-	-	-	-	634
Outros Serviços	5.804	4.143	3.598	8.891	13.649	33.677	69.762	133.627
Comércio	23.144	11.560	8.390	14.273	13.842	22.102	93.311	153.929
Intermediários Financeiros	2	2	2	5	9	21	41	-
Pessoas Físicas	305	263	212	588	681	1.398	3.447	3.957
<b>Total 30.06.2019</b>	<b>31.717</b>	<b>18.225</b>	<b>14.388</b>	<b>30.470</b>	<b>40.393</b>	<b>155.030</b>	<b>290.223</b>	
<b>Total 30.06.2018</b>	<b>27.781</b>	<b>21.471</b>	<b>18.553</b>	<b>47.830</b>	<b>75.642</b>	<b>235.408</b>		<b>426.685</b>

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias <sup>(1)</sup>	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Rural	-	264	14	37	249	406	33.767	34.737	40.071
Indústria	587	8.836	24.195	645	1.371	1.172	6	36.812	58.802
Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Outros Serviços	2.867	3.194	4.088	3.541	6.596	8.143	505	28.934	107.226
Comércio	16.186	11.675	14.084	10.234	22.676	20.555	79	95.489	104.179
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	2	3	-	8	7
Pessoas Físicas	48	755	841	855	1.935	2.752	34	7.220	9.202
<b>Total 30.06.2019</b>	<b>19.689</b>	<b>24.724</b>	<b>43.223</b>	<b>15.313</b>	<b>32.829</b>	<b>33.031</b>	<b>34.391</b>	<b>203.200</b>	
<b>Total 30.06.2018</b>	<b>12.303</b>	<b>28.987</b>	<b>50.277</b>	<b>20.949</b>	<b>109.370</b>	<b>57.474</b>	<b>40.151 <sup>(1)</sup></b>		<b>319.511</b>

<sup>(1)</sup>Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

**c) Composição das Operações por Níveis de Risco**

Nível de Risco	30.06.2019				30.06.2018			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.371.612	-	3.371.612	-	3.581.911	-	3.581.911	-
A	4.917.327	-	4.917.327	(24.587)	4.525.625	-	4.525.625	(22.628)
B	686.274	57.231	743.505	(7.435)	933.250	40.142	973.392	(9.734)
C	539.316	40.156	579.472	(17.384)	323.544	76.123	399.667	(11.990)
D	156.006	31.313	187.319	(18.732)	146.344	38.411	184.755	(18.476)
E	29.320	26.688	56.008	(16.803)	21.965	45.692	67.657	(20.297)
F	89.254	88.010	177.264	(88.632)	15.097	66.662	81.759	(40.879)
G	13.833	26.717	40.550	(28.385)	47.141	33.744	80.885	(56.620)
H	253.436	223.308	476.744	(476.744)	105.023	445.422	550.445	(550.445)
<b>Total</b>	<b>10.056.378</b>	<b>493.423</b>	<b>10.549.801</b>	<b>(678.702)</b>	<b>9.699.900</b>	<b>746.196</b>	<b>10.446.096</b>	<b>(731.068)</b>

<sup>(1)</sup>Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

**d) Movimentação da Provisão no Período**

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	627.659	950.848
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	216.555	223.686
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(165.512)	(443.466)
<b>(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>678.702</b>	<b>731.068</b>
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.848	27.238
(+) Constituição de Provisão no Período	18	609
(-) Reversão de Provisão no Período	(74)	(150)
<b>(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)</b>	<b>27.792</b>	<b>27.697</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>706.494</b>	<b>758.765</b>

**e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão**

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	176.265	218.917
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	40.974	4.769
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(684)	-
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>216.555</b>	<b>223.686</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	609
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(56)	(150)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)</b>	<b>216.499</b>	<b>224.145</b>

**f) Garantias Financeiras Prestadas**

Especificação	30.06.2019		30.06.2018	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Outras Fianças Bancárias	-	-	450	-
<b>Setor Público</b>	<b>25.868.319</b>	<b>(2.830.110)</b>	<b>21.779.951</b>	<b>(3.196.136)</b>
FDNE (Notas 16.i e 21.f.2)	135.274	(1.263)	129.252	(3.417)
FNE (Notas 16.i e 21.f.2)	25.722.673	(2.828.840)	21.650.162	(3.192.712)
Proagro (Notas 16.i e 21.f.2)	10.372	(7)	537	(7)

**g) Concentração de Crédito**

Especificação	30.06.2019		30.06.2018	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.049.007	19,42	2.177.523	20,85
50 maiores devedores	4.255.226	40,33	4.266.027	40,84
100 maiores devedores	4.867.771	46,14	4.886.110	46,77

h) No 1º semestre de 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 237.403 (R\$55.320 em 30.06.2018) e as renegociações totalizaram R\$ 217.583 (R\$ 141.580 em 30.06.2018).

**NOTA 10 – Outros Créditos**

Especificação	30.06.2019	30.06.2018 Reapresentado
<b>a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>905.005</b>	<b>1.015.405</b>
<b>b) Rendas a Receber</b>	<b>21.172</b>	<b>21.699</b>
<b>c) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>20</b>	<b>12</b>
<b>d) Diversos</b>	<b>3.551.742</b>	<b>3.548.789</b>
Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Provisões Contingenciais e PID (Nota 20.c)	1.198.191	1.484.027
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 20.c)	1.144.709	700.985
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.1, 7.c.1 e 20.c)	264.341	273.682
Devedores por Depósitos em Garantia	440.341	384.738
Impostos e Contribuições a Compensar	186.003	179.095
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	45.854	46.655
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.728	36.402
Pagamentos a Ressarcir	2.518	14.277
Valores a Receber Bônus Rebate	92.561	299.509
Outros Valores	113.748	102.671
<b>e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(78.432)</b>	<b>(36.048)</b>
Com Características de Concessão de Crédito	(50.640)	(8.351)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.792)	(27.697)
<b>Total</b>	<b>4.399.507</b>	<b>4.549.857</b>
Saldo de Curto Prazo	1.768.980	2.299.466
Saldo de Longo Prazo	2.630.527	2.250.391

## NOTA 11 – Carteira de Câmbio

### a) Composição

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)</b>	<b>905.005</b>	<b>1.015.405</b>
Câmbio Comprado a Liquidar	867.397	964.183
Direitos sobre Vendas de Câmbio	6.548	21.866
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(2.690)	(3.634)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.750	32.990
<b>Ativo Circulante (Nota 10.a)</b>	<b>905.005</b>	<b>1.015.405</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)</b>	<b>10.311</b>	<b>29.726</b>
Obrigações por Compras de Câmbio	846.213	830.365
Câmbio Vendido a Liquidar	6.517	21.887
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(842.420)	(822.527)
Outros Valores	1	1
<b>Passivo Circulante (Nota 16.b)</b>	<b>10.311</b>	<b>29.726</b>

### b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Rendas de Câmbio	69.789	220.483
Despesas de Câmbio	(303)	(445)
<b>Total</b>	<b>69.486</b>	<b>220.038</b>

## NOTA 12 – Permanente

### a) Investimentos

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 30.06.2019		30.06.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	1	-	1.261	1.261
<b>Total</b>	<b>1.591</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1.592</b>	<b>1.592</b>

### b) Imobilizado

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 30.06.2019			30.06.2019		
	Saldo Contábil Reapresentado	Movimentações			Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	79.826	3.259	-	(828)	262.567	(180.310)	82.257
Sistema de Processamento de Dados	76.477	5.677	(236)	(3.210)	175.721	(97.013)	78.708
Móveis e Equipamentos de Uso	33.378	2.237	(131)	(1.240)	80.348	(46.104)	34.244
Terrenos	17.576	-	-	-	17.576	-	17.576
Instalações	5.350	401	(6)	(53)	19.277	(13.585)	5.692
Sistema de Comunicação	50	62	(3)	(4)	309	(204)	105
Sistema de Segurança	7.348	62	(18)	(166)	18.207	(10.981)	7.226
Sistema de Transporte	236	19	-	(234)	14.351	(14.330)	21
<b>Total</b>	<b>220.241</b>	<b>11.717</b>	<b>(394)</b>	<b>(5.735)</b>	<b>588.356</b>	<b>(362.527)</b>	<b>225.829</b>

### c) Intangível

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 30.06.2019			30.06.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.948	-	(19.385)	-	563	563
<b>Total</b>	<b>19.948</b>	<b>-</b>	<b>(19.385)</b>	<b>-</b>	<b>563</b>	<b>563</b>

No primeiro semestre de 2019, houve a baixa, por *impairment*, do Ativo que aloca os custos de aquisição de licença para uso de software ERP, medida esta adotada pela administração do Banco em face de resultado de estudo realizado durante o semestre, em que concluiu que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

**NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas**

**a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>427.855</b>	-	-	-	-	-	<b>427.855</b>	<b>238.300</b>
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>2.491.531</b>	-	-	-	-	-	<b>2.491.531</b>	<b>2.255.666</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>518.898</b>	<b>747.962</b>	-	-	-	-	<b>1.266.860</b>	<b>1.477.621</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>603.985</b>	<b>1.475.774</b>	<b>3.431.058</b>	<b>1.580.097</b>	<b>1.061.183</b>	<b>30.310</b>	<b>8.182.407</b>	<b>7.886.445</b>
Depósitos a Prazo	234.369	1.459.496	1.699.084	1.488.973	936.158	30.310	5.848.390	5.445.722
Depósitos Judiciais com Remuneração	354.121	-	-	-	-	-	354.121	537.503
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.731.974	91.124	91.125	-	1.914.223	1.726.495
FAT Recursos Disponíveis	4.881	2.172	-	-	-	-	7.053	32.838
FAT Recursos Aplicados	10.614	9.525	-	-	-	-	20.139	101.279
Outros	-	4.581	-	-	33.900	-	38.481	42.608
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>34.854</b>	<b>106.710</b>	-	-	-	-	<b>141.564</b>	<b>1.333.220</b>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	-	-	-	-	-	-	1.166.366
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	34.854	104.638					139.492	166.854
Letras Financeiras	-	2.072	-	-	-	-	2.072	-
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	-	-	-	-	-	1.801.040	<b>1.801.040</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Dívidas Subordinadas</b>	-	-	-	-	-	2.458.014	<b>2.458.014</b>	<b>2.282.604</b>
<b>Total em 30.06.2019</b>	<b>4.077.123</b>	<b>2.330.446</b>	<b>3.431.058</b>	<b>1.580.097</b>	<b>1.061.183</b>	<b>4.289.364</b>	<b>16.769.271</b>	
<b>Total em 30.06.2018</b>	<b>3.702.365</b>	<b>3.927.510</b>	<b>3.871.940</b>	<b>675.852</b>	<b>996.038</b>	<b>3.300.151</b>		<b>16.473.856</b>

## b) Depósitos

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>427.855</b>	<b>238.300</b>
Depósitos de Governos	7.121	11.703
Depósitos Vinculados	186.332	67.465
Pessoas Jurídicas	190.819	120.403
Pessoas Físicas	42.715	37.811
Outros Valores	868	918
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>2.491.531</b>	<b>2.255.666</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.620.140	1.526.279
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	870.577	728.662
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	814	725
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.266.860</b>	<b>1.477.621</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>8.182.407</b>	<b>7.886.445</b>
Depósitos a Prazo	5.848.390	5.445.722
Depósitos Judiciais com Remuneração	354.121	537.503
<b>Outros Depósitos a Prazo</b>	<b>1.979.896</b>	<b>1.903.220</b>
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 26 e 28.a.1)</b>	<b>27.192</b>	<b>134.117</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 26)</b>	<b>7.053</b>	<b>32.838</b>
Proger Urbano	23	391
Protrabalho	1.698	2.014
Infraestrutura	-	22.624
PNMPO	5.332	7.809
<b>Recursos Aplicados (Nota 26)</b>	<b>20.139</b>	<b>101.279</b>
Proger Urbano	-	10.169
Protrabalho	18.155	24.218
Infraestrutura	-	3.260
PNMPO	1.984	63.632
<b>Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)</b>	<b>1.914.223</b>	<b>1.726.495</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>38.481</b>	<b>42.608</b>
<b>Total</b>	<b>12.368.653</b>	<b>11.858.032</b>
Saldo de Curto Prazo	6.266.000	6.296.602
Saldo de Longo Prazo	6.102.653	5.561.430

## c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.570.197</b>	<b>940.160</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.570.197	940.160
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>-</b>	<b>113.813</b>
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	113.813
<b>Total</b>	<b>1.570.197</b>	<b>1.053.973</b>
Saldo de Curto Prazo	1.561.111	1.045.419
Saldo de Longo Prazo	9.086	8.554

## d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
<b>Despesas de Captações</b>	<b>(441.815)</b>	<b>(532.795)</b>
Depósitos a Prazo	(177.079)	(165.714)
Depósitos de Poupança	(41.952)	(39.933)
Depósitos Judiciais	(8.810)	(17.091)
Depósitos Interfinanceiros	(19.627)	(20.768)
Depósitos Especiais	(54.199)	(55.255)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(134.875)	(228.161)
Outros Depósitos	(5.273)	(5.873)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(47.839)</b>	<b>(31.386)</b>
Carteira de Terceiros	(3.852)	(3.396)
Carteira Própria	(41.915)	(27.990)
Letras Financeiras	(2.072)	-
<b>Total</b>	<b>(489.654)</b>	<b>(564.181)</b>

## NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

### a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Empréstimos no Exterior	184.608	754.798	-	-	-	-	939.406	1.048.962
Repasses do País	25.597	89.736	289.395	312.603	438.568	41.354	1.197.253	1.252.853
Repasses do Exterior	29.802	81.330	162.990	162.422	56.257	-	492.801	659.560
<b>Total em 30.06.2019</b>	<b>240.007</b>	<b>925.864</b>	<b>452.385</b>	<b>475.025</b>	<b>494.825</b>	<b>41.354</b>	<b>2.629.460</b>	
<b>Total em 30.06.2018</b>	<b>391.399</b>	<b>958.927</b>	<b>507.671</b>	<b>526.125</b>	<b>531.477</b>	<b>45.776</b>		<b>2.961.375</b>
Saldo de Curto Prazo							<b>1.165.871</b>	<b>1.350.326</b>
Saldo de Longo Prazo							<b>1.463.589</b>	<b>1.611.049</b>

### b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2019	30.06.2018
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP - 7 + 2,00	<b>496</b>	<b>468</b>
<b>BNDES</b>		<b>1.139.528</b>	<b>1.178.135</b>
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	752.486	805.146
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	Varição Cambial 2,00 a 4,00	387.042	372.989
<b>Finame</b>	Pré 1,5 a 7,00 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	<b>57.229</b>	<b>74.250</b>
Programa Automático		35.950	53.368
Programa Agrícola	Varição Cambial 2,00 a 4,00	21.279	20.882
<b>Total (Nota 28.a.1)</b>		<b>1.197.253</b>	<b>1.252.853</b>
Saldo de Curto Prazo		115.333	133.429
Saldo de Longo Prazo		1.081.920	1.119.424

### c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2019	30.06.2018
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	939.406	1.048.962
<b>Total</b>		<b>939.406</b>	<b>1.048.962</b>
Saldo de Curto Prazo		939.406	1.048.962

### d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2019	30.06.2018
BID-Prodetur I	USD + 4,51	55.582	167.763
BID-Prodetur II	USD + 3,52	432.032	485.434
BID-Outros Programas	USD + 3,52	5.187	6.363
<b>Total</b>		<b>492.801</b>	<b>659.560</b>
Saldo de Curto Prazo		111.132	167.935
Saldo de Longo Prazo		381.669	491.625

### e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2019	01.01. a 30.06.2018
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(92.561)</b>	<b>(206.046)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(54.516)</b>	<b>(67.365)</b>
Tesouro Nacional	(15)	(19)
BNDES	(52.855)	(65.247)
Finame	(1.646)	(2.099)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(38.045)</b>	<b>(138.681)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(57.729)</b>	<b>(208.931)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(754.043)</b>	<b>(757.092)</b>
<b>Total</b>	<b>(904.333)</b>	<b>(1.172.069)</b>

## NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

### a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2019	Valor de Mercado em 30.06.2019	Valor de Mercado em 30.06.2018 <sup>(2)</sup>
<i>Eurobonds – SeniorUnsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	-	-	1.166.366
<b>Total</b>				-	-	-	<b>1.166.366</b>
Saldo de Curto Prazo						-	1.166.366
Saldo de Longo Prazo						-	-

<sup>(1)</sup>A Obrigação foi liquidada em 03.05.2019

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

### b) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2019	30.06.2018
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) <sup>(1)</sup>	81,26	135.430	139.492	166.854
Letras Financeiras – encargos contratuais	-	-	2.072	-
<b>Total</b>			<b>141.564</b>	<b>166.854</b>
Saldo de Curto Prazo			141.564	166.787
Saldo de Longo Prazo			-	67

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 148 dias.

## NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2019	30.06.2018 Reapresentado
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>113.798</b>	<b>83.879</b>
Recursos do Proagro	53	996
Recebimento de Tributos Federais	111.434	80.448
IOF a Recolher	876	779
Outros Tributos e Assemelhados	1.435	1.656
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>10.311</b>	<b>29.726</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>231.100</b>	<b>69.076</b>
Remuneração do Capital a Pagar	184.229	53.705
Dividendos	17.507	-
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	166.722	53.705
Participações nos Lucros	46.871	15.371
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>841.889</b>	<b>461.706</b>
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos</b>	<b>514.560</b>	<b>148.146</b>
TVM e IFD (Nota 20.d)	299.280	5.289
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	1.571	1.611
Decorrentes de Créditos Recuperados, Item Objeto de Hedgee Depreciação Diferida (Nota 20.d)	213.709	141.246
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 20.a.2)</b>	<b>229.523</b>	<b>233.107</b>
Imposto de Renda	141.604	126.870
Contribuição Social	87.919	106.237
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>97.806</b>	<b>80.453</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>158</b>	<b>153</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>25.830.753</b>	<b>26.859.710</b>
FNE (Nota 28.a.1)	24.976.990	25.950.367
Outros Valores	853.763	909.343
<b>g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	<b>1.801.040</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Principal Autorizado (Notas 17 e 28.a.1)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Complementar Autorizado (Notas 17)</b>	<b>801.040</b>	-
<b>h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 17 e 28.a.1)</b>	<b>2.458.014</b>	<b>2.282.604</b>
<b>i) Diversas</b>	<b>6.901.974</b>	<b>6.015.009</b>
<b>Provisão para Contingências</b>	<b>468.452</b>	<b>374.446</b>
Trabalhistas (Nota 21.f.1.ii)	240.956	190.700
Cíveis (Nota 21.f.1.iii)	176.544	133.530
Fiscais	10.809	-
Outras Causas Fiscais (Nota 21.a.1.ii)	5.998	15.642
Outras (Nota 21.f.1.iv)	34.145	34.574
<b>Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.f.2)</b>	<b>2.830.110</b>	<b>3.196.136</b>
<b>FNE (Nota 9.f e 21.f.2.i)</b>	<b>2.828.840</b>	<b>3.192.712</b>
Repasses	1.014	1.414
Risco Integral BNB	32.204	67.974
Risco Compartilhado	2.795.622	3.123.324
FDNE (Nota 9.f e 21.f.2.ii)	1.263	3.417
Proagro (Nota 9.f e 21.f.2.iii)	7	7
<b>Passivos Atuariais</b>	<b>2.861.771</b>	<b>1.752.464</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.k e 28.a.2)	689.136	423.954
Plano de Assistência Médica (Notas 24.k e 28.a.2)	1.990.909	1.192.791
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.k e 28.a.2)	181.726	135.719
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>493.400</b>	<b>381.307</b>
Despesa de Pessoal	235.889	225.737
Outros Valores	99.979	94.119
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	157.532	61.451
<b>Outros Valores</b>	<b>248.241</b>	<b>310.656</b>
<b>Total</b>	<b>38.189.037</b>	<b>36.801.863</b>
Saldo de Curto Prazo	4.297.552	6.949.373
Saldo de Longo Prazo	33.891.485	29.852.490

## NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 27.g.ii)

### a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do

fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2019	30.06.2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

#### b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2019	30.06.2018
Letras Financeiras <sup>(1)</sup> Nota 16.g	801.040	117% da Selic	06.2019	801.040	-
Saldo de Longo Prazo				801.040	-

<sup>(1)</sup> Juros pagos semestralmente.

#### c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.458.014	2.282.604
Recursos disponíveis	1.502.170	1.675.728
Recursos aplicados	955.844	606.876
<b>Total (Notas 16.h e 28.a.1)</b>	<b>2.458.014</b>	<b>2.282.604</b>

### NOTA 18 – Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 3.813.000 (R\$ 2.844.000 em 30.06.2018), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.06.2019		30.06.2018	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	44.049.447	51,00
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO <sup>(1)</sup>	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.208.200	7,19	6.217.900	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) <sup>(2)</sup>	-	-	3.846.968	4,45
Outros	2.061.281	2,39	2.051.581	2,38
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

<sup>(1)</sup> Em 30.06.2018: BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado

<sup>(2)</sup> Saldo de ações transferido para a União Federal no processo de extinção do FND

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 969.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.844.000 para R\$ 3.813.000, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

**b) Reserva de Reavaliação**

O valor de R\$ 13.949 (R\$ 14.008 em 30.06.2018) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN.

**c) Dividendos/JCP**

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento de Dividendos antecipados no valor bruto de R\$ 184.349 (R\$ 53.537 em 30.06.2018, sob a forma de JCP), sendo o líquido de R\$ 183.832 (R\$ 53.372 em 30.06.2018, sob a forma de JCP), correspondente a 25,007% sobre o lucro líquido ajustado do semestre (25,000% em 30.06.2018).

A proposta contempla R\$ 17.507 como Dividendos e R\$ 166.325 sob a forma de JCP, líquidos de IR, imputados ao valor dos Dividendos antecipados do exercício, conforme demonstrativo abaixo.

O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 66.737 (R\$ 23.770 em 30.06.2018).

**d) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:**

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>1. Lucro Líquido do Semestre</b>	<b>744.777</b>	<b>231.818</b>
2. Reserva Legal Constituída	(37.239)	(11.591)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(18.839)	(12.691)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.357)	177
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	48.778	5.768
<b>6. Base de Cálculo dos Dividendos e JCP</b>	<b>735.120</b>	<b>213.481</b>
7. Dividendos e JCP Brutos propostos no semestre	184.349	53.537
8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no semestre	183.832	53.372
9. Dividendos sob a forma de JCP propostos no semestre (1,9316796575 por ação) (em 30.06.2018: 0,6198445865 por ação)	166.842	53.537
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(517)	(165)
11. JCP líquidos imputados aos dividendos (item 7- item 8) (R\$ 1,9256940949 por ação) (em 30.06.2018: JCP de R\$ 0,61793251463 por ação)	166.325	53.372
12. Dividendos propostos no semestre (R\$ 0,202689777 por ação) (em 30.06.2018 R\$ 0,00)	17.507	-
13. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) (R\$ 2,128383873 por ação) (R\$ 0,61793251463 por ação em 30.06.2018)	25,007%	25,000%
14. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) (R\$ 2,134369435 por ação) (R\$ 0,6198445865 por ação, em 30.06.2018)	25,077%	25,078%

**e) Reserva Legal**

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no semestre e importa em R\$ 37.239 (R\$ 11.591 em 30.06.2018).

**f) Reserva Estatutária**

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 550.771 (R\$ 159.944 em 30.06.2018).

**g) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Especificação	30.06.2019	30.06.2018 Reapresentado
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda <sup>(1)</sup>	318.583	(67.881)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) <sup>(1)</sup>	(362.959)	111.888
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial<sup>(1)</sup></b>	<b>(44.606)</b>	<b>44.007</b>

<sup>(1)</sup> líquido dos efeitos tributários

## NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2019	01.01. a 30.06.2018 Reapresentado
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>1.233.015</b>	<b>1.180.580</b>
Administração de Fundos de Investimentos	25.860	19.420
Administração de Fundos e Programas	936.609	923.151
Prestação de Serviços	270.546	238.009
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>44.745</b>	<b>36.379</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(999.790)</b>	<b>(942.990)</b>
Proventos	(582.659)	(538.466)
Encargos Sociais	(198.128)	(197.367)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(57.041)	(50.766)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(75.430)	(72.993)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(6.045)	(5.501)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(80.487)	(77.897)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(621.489)</b>	<b>(622.386)</b>
Processamento de Dados	(123.478)	(129.912)
Propaganda e Publicidade	(3.291)	(14.449)
Serviços de Terceiros <sup>(1)</sup>	(291.118)	(280.143)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(39.620)	(35.381)
Viagens	(7.846)	(8.295)
Comunicações	(12.419)	(12.963)
Depreciação e Amortização	(5.736)	(4.928)
Manutenção e Conservação de Bens	(24.271)	(23.656)
Vigilância, Segurança e Transporte	(45.141)	(45.878)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(4.855)	(4.587)
Serviços do Sistema Financeiro	(17.910)	(14.941)
Serviços Técnicos Especializados	(19.396)	(16.956)
Seguros	(2.308)	(910)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(16.026)	(20.756)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.419)	(863)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.883)	(2.978)
Outros Valores	(3.772)	(4.790)
<b>e) Despesas Tributárias (Nota 20.e)</b>	<b>(178.035)</b>	<b>(153.252)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(157.315)	(135.352)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.124)	(16.581)
Outros Valores	(1.596)	(1.319)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>1.040.276</b>	<b>947.577</b>
"Del credere" de Fundos Administrados	771.157	660.907
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	85.240	69.563
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	66.870	43.680
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	3.020	2.187
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1.980	1.197
Recuperação de Encargos e Despesas	2.587	2.889
Reversão de Provisões Operacionais	14.096	5.656
Juros e Comissões	1.637	839
Correção Monetária	522	789
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	82.618	152.042
Outros Valores	10.549	7.828
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(598.045)</b>	<b>(707.380)</b>
Variação Cambial da Área de Câmbio	(442)	(1.667)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(85.236)	(67.967)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1.050)	(16)
Descontos Concedidos em Renegociações	(14.600)	(21.640)
Encargos de Operações de Crédito	(4.338)	(2.172)
Riscos Fiscais	(1.046)	(2.313)
Riscos com Operações do FNE	(142.011)	(406.772)
Riscos com Operações do FDNE	(41)	(2.782)
Causas Trabalhistas	(40.601)	(25.913)
Causas Cíveis	(41.243)	(23.023)
Outras Causas	(1.789)	(1.820)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(157.532)	(61.451)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(41.544)	(50.162)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(47.025)	(26.975)
Atualização Monetária de IECP	(4.674)	(4.365)
Outros Valores	(14.873)	(8.342)
<b>Total</b>	<b>(79.323)</b>	<b>(261.472)</b>

<sup>(1)</sup> Contém despesas do 1º Semestre de 2019, no valor de R\$ 248.208 (R\$ 239.189 em 30.06.2018), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

## NOTA 20 – Impostos e Contribuições

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018 (Reapresentado)	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018(Reapresentado)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.164.002	449.195	1.164.002	449.195
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(46.330)	(14.060)	(46.330)	(14.060)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	-	(53.537)	-	(53.537)
<b>Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP</b>	<b>1.117.672</b>	<b>381.598</b>	<b>1.117.672</b>	<b>381.598</b>
Adições/Exclusões Permanentes	(247.443)	175.721	(247.781)	174.758
Adições/Exclusões Temporárias	(283.765)	(22.147)	(283.765)	(22.147)
<b>Resultado Tributável</b>	<b>586.464</b>	<b>535.172</b>	<b>586.126</b>	<b>534.209</b>
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(146.604)	(133.711)	(87.919)	(106.801)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.000	5.902	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	(982)	(68)	(589)	(41)
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA	(142.586)	(127.877)	(88.508)	(106.842)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados, Depreciação, IFD e Item Objeto de Hedge.	(12.820)	(4.457)	(7.692)	(1.889)
<b>Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(155.406)</b>	<b>(132.334)</b>	<b>(96.200)</b>	<b>(108.731)</b>
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(75.801)	33.343	(45.488)	3.222
<b>Total de IRPJ/CSLL</b>	<b>(231.207)</b>	<b>(98.991)</b>	<b>(141.688)</b>	<b>(105.509)</b>
Alíquota Efetiva (%)	20,69	25,96	12,68	27,66
<b>a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL</b>				
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	142.586	127.877	88.508	106.842
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação (2017)	-	(939)	-	(564)
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	(982)	(68)	(589)	(41)
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)</b>	<b>141.604</b>	<b>126.870</b>	<b>87.919</b>	<b>106.237</b>
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(81.452)	(95.328)	(44.052)	(60.093)
<b>Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período</b>	<b>60.152</b>	<b>31.542</b>	<b>43.867</b>	<b>46.144</b>

### b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	30.06.2019	30.06.2018 (Reapresentado)
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>1.164.002</b>	<b>449.195</b>
<b>Encargo total de 40% - IRPJ (25%) e CSLL (15%)</b>	<b>(465.601)</b>	<b>(202.138)</b>
<b>Demonstrativo de Carga Tributária:</b>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>(372.895)</b>	<b>(204.500)</b>
<b>Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:</b>	<b>(92.706)</b>	<b>2.362</b>
PLR/JCP	(85.269)	(30.419)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Operações Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(11.639)	(7.605)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	1.091	3.441
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	6.063	20.635
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%) <sup>(1)</sup>	-	20.150
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(2.952)	(3.840)
<b>Total da Carga Tributária Conciliada</b>	<b>(465.601)</b>	<b>(202.138)</b>

<sup>(1)</sup>No ano de 2018 a alíquota da CSLL era 20%, e o encargo total: 45%

### c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), Provisões para Benefícios Pós-Emprego, Rendas a apropriar (RAP), Provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) e Provisões

Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas) - são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.06.2019		30.06.2018		30.06.2019	30.06.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Provisões (PCLD)</b>						
Saldo Inicial	711.030	426.632	802.220	526.293	1.137.662	1.328.513
Constituição	133.007	79.804	202.085	165.717	212.811	367.802
Realização/Reversão	(213.536)	(128.129)	(186.041)	(172.874)	(341.665)	(358.915)
Saldo Final (Nota 10.d)	630.501	378.307	818.264	519.136	1.008.808	1.337.400
<b>b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial</b>						
Saldo Inicial	2.101	1.260	-	-	3.361	-
Constituição	274	164	-	-	438	-
Realização/Reversão	(243)	(146)	-	-	(389)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	2.132	1.278	-	-	3.410	-
<b>c) Provisões Atuariais</b>						
Saldo Inicial	269.396	161.638	257.640	154.584	431.034	412.224
Constituição	27.011	16.206	25.142	15.085	43.217	40.227
Realização/Reversão	(19.701)	(11.820)	(15.412)	(9.247)	(31.521)	(24.659)
Saldo Final (Notas 3 e 10.d)	276.706	166.024	267.370	160.422	442.730	427.792
<b>d) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento</b>						
Saldo Inicial	14.667	8.800	-	-	23.467	-
Constituição	99	60	-	-	159	-
Realização/Reversão	(13.996)	(8.398)	-	-	(22.394)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	770	462	-	-	1.232	-
<b>e) Provisões Contingenciais</b>						
Saldo Inicial	98.781	59.269	81.083	48.650	158.050	129.733
Constituição	27.772	16.663	17.993	10.796	44.435	28.789
Realização/Reversão	(11.090)	(6.654)	(7.434)	(4.461)	(17.744)	(11.895)
Saldo Final (Nota 10.d)	115.463	69.278	91.642	54.985	184.741	146.627
<b>f) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)</b>						
Saldo Inicial	5.398	3.239	-	-	8.637	-
Constituição	308	185	3.140	1.884	493	5.024
Realização/Reversão	(5.706)	(3.424)	(3.119)	(1.871)	(9.130)	(4.990)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	21	13	-	34
<b>g) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	-	-	3.128	1.876	-	5.004
Constituição	876	526	4.140	2.484	1.402	6.624
Realização/Reversão	(876)	(526)	(7.151)	(4.290)	(1.402)	(11.441)
Saldo Final (Nota 7.c.1e Nota 10.d))	-	-	117	70	-	187
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>h) TVM</b>						
Saldo Inicial	173.455	106.009	164.744	105.550	279.464	270.294
Constituição	79.902	48.883	48.382	28.614	128.785	76.996
Realização/Reversão	(89.392)	(54.516)	(43.573)	(30.256)	(143.908)	(73.829)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	163.965	100.376	169.553	103.908	264.341	273.461
<b>i) Ajustes de Avaliação Atuarial</b>						
Saldo Inicial	287.504	172.502	217.366	130.419	460.006	347.785
Constituição	151.233	90.740	7.298	4.379	241.973	11.677
Realização/Reversão	-	-	(53.918)	(32.351)	-	(86.269)
Saldo Final (Nota 10.d)	438.737	263.242	170.746	102.447	701.979	273.193

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
1. Total das Diferenças Temporárias	6.709.965	6.259.701	6.709.965	6.259.701
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.677.491	1.564.925	1.008.491	1.220.177
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.464.308	1.348.022	878.592	836.990
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	163.965	169.691	100.376	103.991
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) <sup>(1)</sup>	1.628.273	1.517.713	978.968	940.981
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup>	49.218	47.212	29.523	279.196

<sup>(1)</sup> Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

<sup>(2)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 30.06.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	5,66	143.061	139.176	85.836	83.506	228.897	222.682
2020	6,18	117.991	108.107	70.795	64.864	188.786	172.971
2021	7,13	59.386	50.790	35.632	30.474	95.018	81.264
2022	7,16	48.541	38.740	29.124	23.244	77.665	61.984
2023	7,14	77.196	57.504	46.317	34.503	123.513	92.007
2024	7,14	93.787	65.208	56.272	39.125	150.059	104.333
2025	7,14	24.706	16.033	14.824	9.620	39.530	25.653
2026	7,14	22.684	13.740	13.610	8.244	36.294	21.984
2027	7,14	19.461	11.002	11.677	6.601	31.138	17.603
2028	7,14	16.300	8.601	9.780	5.161	26.080	13.762
Acima de 2028	7,14	7.388	3.638	-	2.187	11.828	5.825
<b>Total</b>		<b>630.501</b>	<b>512.539</b>	<b>378.307</b>	<b>307.529</b>	<b>1.008.808</b>	<b>820.068</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2019.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Rendas a Apropriar, na posição de 30.06.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	5,66	509	495	305	297	813	792
2020	6,18	953	873	572	524	1.525	1.397
2021	7,13	352	301	211	180	563	481
2022	7,16	224	179	134	107	359	286
2023	7,14	94	70	56	42	150	112
<b>Total</b>		<b>2.132</b>	<b>1.918</b>	<b>1.278</b>	<b>1.150</b>	<b>3.410</b>	<b>3.068</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2019

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais, na posição de 30.06.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	14.722	14.722	8.833	8.833	23.555	23.555
2020	28.253	28.253	16.952	16.952	45.205	45.205
2021	28.440	28.440	17.064	17.064	45.504	45.504
2022	28.595	28.595	17.157	17.157	45.752	45.752
2023	28.550	28.550	17.130	17.130	45.680	45.680
2024	28.175	28.175	16.905	16.905	45.080	45.080
2025	27.681	27.681	16.609	16.609	44.290	44.290
2026	27.166	27.166	16.300	16.300	43.466	43.466
2027	26.642	26.642	15.985	15.985	42.627	42.627
2028	26.143	26.143	15.686	15.686	41.829	41.829
Acima de 2028	451.076	451.076	270.645	270.645	721.721	721.721
<b>Total</b>	<b>715.443</b>	<b>715.443</b>	<b>429.266</b>	<b>429.266</b>	<b>1.144.709</b>	<b>1.144.709</b>

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisão para o Programa de Incentivo ao Desligamento - PID, na posição de 30.06.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	770	749	462	449	1.232	1.198
<b>Total</b>	<b>770</b>	<b>749</b>	<b>462</b>	<b>449</b>	<b>1.232</b>	<b>1.198</b>

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas), na posição de 30.06.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	2.098	2.098	1.259	1.259	3.357	3.357
2020	4.197	4.197	2.518	2.518	6.715	6.715
2021	21.259	21.259	12.755	12.755	34.014	34.014
2022	4.197	4.197	2.518	2.518	6.715	6.715
2023	15.728	15.728	9.437	9.437	25.165	25.165
2024	14.579	14.579	8.748	8.748	23.327	23.327
2025	7.176	7.176	4.306	4.306	11.482	11.482
2026	5.807	5.807	3.484	3.484	9.291	9.291
2027	12.748	12.748	7.649	7.649	20.397	20.397
2028	4.197	4.197	2.518	2.518	6.715	6.715
Acima de 2028	23.477	23.477	14.086	14.086	37.563	37.563
<b>Total</b>	<b>115.463</b>	<b>115.463</b>	<b>69.278</b>	<b>69.278</b>	<b>184.741</b>	<b>184.741</b>

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, dos instrumentos financeiros derivativos e de item objeto de *hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen n.ºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	32.790	32.790	21.671	21.671	54.461	54.461
2020	349	349	209	209	558	558
2021	380	380	228	228	608	608
2022	9.478	9.478	5.687	5.687	15.165	15.165
2023	334	334	200	200	534	534
2024	590	590	354	354	944	944
2025	27	27	16	16	43	43
2026	3.693	3.693	2.216	2.216	5.909	5.909
2027	161	161	97	97	258	258
Acima de 2028	116.163	116.163	69.698	69.698	185.861	185.861
<b>Total</b>	<b>163.965</b>	<b>163.965</b>	<b>100.376</b>	<b>100.376</b>	<b>264.341</b>	<b>264.341</b>

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2019 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>
2019	193.950	190.030	118.366	116.015	312.316	306.045
2020	151.743	141.779	91.046	85.067	242.789	226.846
2021	109.817	101.170	65.890	60.701	175.707	161.871
2022	91.035	81.189	54.620	48.713	145.655	129.902
2023	121.902	102.186	73.140	61.312	195.042	163.498
2024	137.131	108.552	82.279	65.132	219.410	173.684
2025	59.563	50.890	35.739	30.535	95.302	81.425
2026	55.656	46.712	33.394	28.028	89.050	74.740
2027	62.733	54.274	37.640	32.564	100.373	86.838
2028	46.640	38.941	27.984	23.365	74.624	62.306
Acima de 2028	598.104	594.354	358.869	356.616	956.973	950.970
<b>Total</b>	<b>1.628.274</b>	<b>1.510.077</b>	<b>978.967</b>	<b>908.048</b>	<b>2.607.241</b>	<b>2.418.125</b>

<sup>(1)</sup>Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2019.

#### d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2019		30.06.2018		30.06.2019	30.06.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	-	-	3.155	1.893	-	5.048
Constituição	876	526	4.131	2.478	1.402	6.609
Realização/Reversão	(876)	(526)	(7.149)	(4.289)	(1.402)	(11.438)
Saldo Final (Notas 7.c e 16.d)	-	-	137	82	-	219
<b>b) Decorrentes de Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>						
Saldo Inicial	103.934	62.360	73.219	46.460	166.294	119.679
Constituição	15.834	9.500	4.966	2.282	25.334	7.248
Realização/Reversão	-	-	-	(87)	-	(87)
Saldo Final (Nota 16.d)	119.768	71.860	78.185	48.655	191.628	126.840
<b>c) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	5.615	3.369	-	-	8.984	-
Constituição	308	185	3.142	1.885	493	5.027
Realização/Reversão	(5.923)	(3.554)	(3.142)	(1.885)	(9.477)	(5.027)
Saldo Final (Notas 7.c.1 e 16.d)	-	-	-	-	-	-
<b>d) Depreciação Diferida</b>						
Saldo Inicial	11.200	6.720	6.495	3.897	17.920	10.392
Constituição	2.729	1.637	2.509	1.505	4.366	4.014
Realização/Reversão	(128)	(77)	-	-	(205)	-
Saldo Final (Notas 16.d)	13.801	8.280	9.004	5.402	22.081	14.406
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) Reserva de Reavaliação</b>						
Saldo Inicial	994	597	939	563	1.591	1.502
Constituição	-	-	68	41	-	109
Realização/Reversão	(12)	(8)	-	-	(20)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	982	589	1.007	604	1.571	1.611
<b>e) TVM</b>						
Saldo Inicial	64.156	39.065	24.848	15.139	103.221	39.987
Constituição	359.865	216.883	78.471	47.510	576.748	125.981
Realização/Reversão	(236.971)	(143.718)	(100.153)	(60.745)	(380.689)	(160.898)
Saldo Final (Notas 7.a.1 e 16.d)	187.050	112.230	3.166	1.904	299.280	5.070

<sup>(1)</sup>Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Item Objeto de Hedge pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	6.700	6.700	4.020	4.020	10.720	10.720
2022	129	129	78	78	207	207
2023	2.478	2.478	1.486	1.486	3.964	3.964
2024	95	95	57	57	152	152
Acima de 2028	177.648	177.648	106.589	106.589	284.237	284.237
<b>Total</b>	<b>187.050</b>	<b>187.050</b>	<b>112.230</b>	<b>112.230</b>	<b>299.280</b>	<b>299.280</b>

O cronograma de realização das provisões, apuradas pelo valor presente, sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430/96 será realizado de acordo com o reembolso pactuado nas renegociações. O cronograma de realização na posição 31.12.2018, segue abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média <sup>(1)</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	5,66	11.146	10.843	6.687	6.506	17.833	17.349
2020	6,18	18.577	17.021	11.146	10.212	29.723	27.233
2021	7,13	17.603	15.055	10.562	9.033	28.165	24.088
2022	7,16	16.831	13.432	10.098	8.060	26.929	21.492
2023	7,14	15.130	11.270	9.078	6.762	24.208	18.032
2024	7,14	12.758	8.871	7.655	5.322	20.413	14.193
2025	7,14	9.458	6.138	5.675	3.683	15.133	9.821
2026	7,14	5.132	3.109	3.079	1.865	8.211	4.974
2027	7,14	2.647	1.496	1.588	898	4.235	2.394
2028	7,14	2.451	1.293	1.471	776	3.922	2.069
Acima de 2028	7,14	8.035	3.957	4.821	2.374	12.856	6.331
<b>Total</b>		<b>119.768</b>	<b>92.485</b>	<b>71.860</b>	<b>55.491</b>	<b>191.628</b>	<b>147.976</b>

<sup>(1)</sup>Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2019. As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	5,66	12	12	7	7	19	19
2020	6,18	25	23	15	14	40	37
2021	7,13	25	21	15	13	40	34
2022	7,16	25	20	15	12	40	32
2023	7,14	25	18	15	11	40	29
2024	7,14	25	17	15	10	40	27
2025	7,14	25	16	15	10	40	26
2026	7,14	25	15	15	9	40	24
2027	7,14	25	14	15	8	40	22
2028	7,14	25	13	15	8	40	21
Acima de 2028	7,14	745	368	447	220	1.192	588
<b>Total</b>		<b>982</b>	<b>537</b>	<b>589</b>	<b>322</b>	<b>1.571</b>	<b>859</b>

<sup>(1)</sup>Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2019.

As provisões sobre Depreciação Diferida apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	5,66	194	188	116	113	310	301
2020	6,18	589	540	353	324	942	864
2021	7,13	801	685	481	411	1.282	1.096
2022	7,16	885	706	531	424	1.416	1.130
2023	7,14	937	698	563	419	1.500	1.117
2024	7,14	1.021	710	612	426	1.633	1.136
2025	7,14	1.027	667	616	400	1.643	1.067
2026	7,14	1.045	633	627	380	1.672	1.013
2027	7,14	1.040	588	624	353	1.664	941
2028	7,14	880	464	528	278	1.408	742
Acima de 2028	7,14	5.382	2.651	3.229	1.590	8.611	4.241
<b>Total</b>		<b>13.801</b>	<b>8.530</b>	<b>8.280</b>	<b>5.118</b>	<b>22.081</b>	<b>13.648</b>

<sup>(1)</sup>Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2018.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 30.06.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>
2019	18.052	17.743	10.830	10.646	28.882	28.389
2020	19.191	17.584	11.514	10.550	30.705	28.134
2021	18.429	15.761	11.058	9.457	29.487	25.218
2022	17.870	14.287	10.722	8.574	28.592	22.861
2023	18.570	14.464	11.142	8.678	29.712	23.142
2024	13.899	9.693	8.339	5.815	22.238	15.508
2025	10.510	6.821	6.306	4.093	16.816	10.914
2026	6.202	3.757	3.721	2.254	9.923	6.011
2027	3.712	2.098	2.227	1.259	5.939	3.357
2028	3.356	1.770	2.014	1.062	5.370	2.832
Acima de 2028	191.810	184.624	115.086	110.773	306.896	295.397
<b>Total</b>	<b>321.601</b>	<b>288.602</b>	<b>192.959</b>	<b>173.161</b>	<b>514.560</b>	<b>461.763</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2019.

### e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(157.315)	(135.352)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.124)	(16.581)
Outros Valores	(1.596)	(1.319)
<b>Total (Nota 19.e)</b>	<b>(178.035)</b>	<b>(153.252)</b>

### NOTA 21 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2019		30.06.2018	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a) Provisão para Contingências</b>				
<b>a.1) Fiscais (Nota 21 f.1.i)</b>	<b>3.465.706</b>	<b>16.807</b>	<b>2.944.471</b>	<b>15.642</b>
i) Obrigação Legal	10.809	10.809	2.086	2.086
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.454.897	5.998	2.942.385	13.556
Provável	5.998	5.998	13.556	13.556
Possível	3.287.834	-	2.773.968	-
Remota <sup>(1)</sup>	161.065	-	154.861	-
<b>a.2) Trabalhistas</b>	<b>501.215</b>	<b>240.956</b>	<b>457.429</b>	<b>190.700</b>
Provável (Nota 21 f.1.ii)	240.956	240.956	190.700	190.700
Possível	131.858	-	149.219	-
Remota	128.401	-	117.510	-
<b>a.3) Causas Cíveis</b>	<b>7.231.701</b>	<b>176.544</b>	<b>6.468.138</b>	<b>133.530</b>
Provável (Nota 21 f.1.iii)	176.544	176.544	133.530	133.530
Possível	1.585.448	-	1.192.606	-
Remota <sup>(2)</sup>	5.469.709	-	5.142.002	-
<b>a.4) Outras Contingências (Nota 21 f.1.iv)</b>	<b>1.000.608</b>	<b>34.145</b>	<b>892.490</b>	<b>34.574</b>
i) Operações Securitizadas	5.510	5.510	6.737	6.737
ii) Outras	995.098	28.635	885.753	27.837
Provável	28.635	28.635	27.837	27.837
Possível	16.330	-	14.851	-
Remota	950.133	-	843.065	-

<sup>(1)</sup> O montante de passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 127.050, na posição de 30.06.2019 (R\$ 119.732 em 30.06.2018).

<sup>(2)</sup> O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.030.807, na posição de 30.06.2019. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.186.494 em 30.06.2019 (R\$ 1.852.705 em 30.06.2018); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 374.289 em 30.06.2019 (R\$ 317.150 em 30.06.2018, sendo R\$ 264.291 classificado como risco possível e R\$ 52.858 como remoto); iii) repetição de indébito, indenização por danos morais e lucros cessantes, R\$ 258.538 em 30.06.2019 (R\$ 219.070 em 30.06.2018); iv) indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, R\$ 211.486 em 30.06.2019 (R\$ 179.200 em 30.06.2018)

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

#### Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$3.000.588 na data base de 30.06.2019 (R\$ 2.541.227 em 30.06.2018).

#### Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, o montante de R\$ 472.377 (R\$ 400.264, em 30.06.2018).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, o montante de R\$ 154.671 (R\$ 131.059 em 30.06.2018).

Ação que visa indenização por danos materiais e emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, R\$ 74.585 (R\$ 437.235 em 30.06.2018).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, R\$ 73.797 (não havia contingência para o processo em 30.06.2018).

Ação que visa repetição de indébito e pagamento de multa. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, R\$ 51.608 (R\$ 79.584 em 30.06.2018).

Ação que visa indenização por danos morais e materiais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, R\$ 48.612 (R\$ 41.191 em 30.06.2018).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2019, R\$ 53.643 (R\$ 56.869 em 30.06.2018).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Demandas Trabalhistas	137.618	84.543
Demandas Fiscais	142.505	134.163
Demandas Cíveis	126.318	77.380
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>406.441</b>	<b>296.086</b>

<sup>(1)</sup> O acréscimo decorre de novos depósitos e atualização monetária dos saldos de depósitos judiciais.

## Movimentação das Provisões

### f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.06.2019					30.06.2018				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.ie e 21.a.1)	15.769	1.311	(272)	(1)	16.807	13.328	2.397	(83)	-	15.642
ii) Trabalhistas (Notas 16.i e 21.a.2)	206.531	50.691	(10.089)	(6.177)	240.956	169.253	33.980	(8.584)	(3.949)	190.700
iii) Cíveis (Notas 16.i e 21.a.3)	146.964	57.101	(15.856)	(11.665)	176.544	116.349	33.967	(10.944)	(5.842)	133.530
iv) Outras (Notas 16.i e 21.a.4)	32.466	7.699	(6.020)	-	34.145	26.425	8.484	(335)	-	34.574

### f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2019				30.06.2018			
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Notas 9.f e 16.i)	2.989.707	590.637	(751.504)	2.828.840	3.083.952	959.818	(851.058)	3.192.712
ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)	1.222	41	-	1.263	636	2.781	-	3.417
iii) Proagro (Notas 9.f e 16.i)	7	-	-	7	-	7	-	7

## NOTA 22 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	30.06.2019	30.06.2018
Máxima	42.517,09	40.743,64
Mínima	1.756,24	1.643,01
Média	11.194,60	10.681,09

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

## b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual <sup>(2)</sup>	623.508,83	652.035,13	35.976,87	39.231,67	33.246,36	37.934,87
Menor remuneração individual <sup>(3)</sup>	432.382,53	319.552,16	27.139,92	30.062,62	27.139,92	30.004,63
Remuneração média individual <sup>(4)</sup>	506.774,75	598.139,91	30.583,29	31.228,83	29.582,50	30.208,79
Número de membros <sup>(5)</sup>	6,17	6,33	5,67	6,17	5,00	5,50

<sup>(1)</sup> Valores aprovados em Assembléia Geral.

<sup>(2)</sup> Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

<sup>(3)</sup> Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

<sup>(4)</sup> Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

<sup>(5)</sup> O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 30.06.2019, o número de funcionários do Banco totalizava 6.721 (6.989 em 30.06.2018), registrando-se uma redução de 3,83% no quadro de pessoal.

### NOTA 23 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, no semestre, corresponde a R\$ 46.087 (R\$ 13.384 em 30.06.2018), o que equivale a 6,18% do lucro líquido do semestre (5,77% em 30.06.2018) e 25,00% (25,00% em 30.06.2018) sobre os dividendos e JCP propostos para distribuição no semestre. A despesa de PLR em 30.06.2019 importa em R\$ 46.330 (R\$ 14.060 em 30.06.2018), sendo R\$ 46.087 referente aos Empregados e R\$ 243 aos Administradores.

Os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R\$ 33.148 (R\$ 23.945 em 30.06.2018) e aos administradores R\$ 828 (R\$ 862 em 30.06.2018).

### NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

#### a) Descrição dos Planos de Benefícios

##### a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

##### a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

##### a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas

fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

#### **a.2) Plano de Assistência Médica**

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

#### **a.3) Seguro de Vida em Grupo**

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

#### **a.4) Governança**

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

#### **a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos**

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira

do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

#### b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2019, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

#### c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.06.2019, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2018, 1:1).

#### d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I / Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuarias não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial.

#### e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.307	5.227	6.339	4.737
Assistidos (Aposentados válidos)	3.674	246	3.964	3.668
Assistidos (Aposentados inválidos)	165	3	-	-
Assistidos (Pensionistas)	1.217	38	1.220	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.363</b>	<b>5.514</b>	<b>11.523</b>	<b>8.405</b>

#### f) Premissas utilizadas

##### f.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capecf, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capecf) e Plano Natural (Camed)	
	30.06.2019	30.06.2018
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%
Inválidos	RP2000 Disable F	RP2000 Disable F
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

  

Especificação	Plano CV I (Capecf) e Seguro de Vida	
	30.06.2019	30.06.2018
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

## f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capecf (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,40	10,03	7,77	10,15
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,42	5,85	3,77	5,98
Taxa média de inflação anual	3,85	3,94	3,85	3,94
Taxa nominal de crescimento salarial <sup>(1) (2)</sup>	4,89	4,98	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,85	3,94	3,85	3,94

<sup>(1)</sup> Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

<sup>(2)</sup> Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2019	30.06.2018
	30.06.2019	30.06.2018		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,77	10,15	7,77	10,15
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,77	5,98	3,77	5,98
Taxa média de inflação anual	3,85	3,94	3,85	3,94
Taxa nominal de crescimento salarial <sup>(1)</sup>	4,89	4,98	3,85	4,98
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios <sup>(1)</sup>	2,39 <sup>(2)</sup>	2,11 <sup>(2)</sup>	3,85	4,98
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento ( <i>AgingFactor</i> )	3,53	3,66	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,39 <sup>(2)</sup>	2,11 <sup>(2)</sup>	Não se aplica	Não se aplica

<sup>(1)</sup> No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

<sup>(2)</sup> Na posição de 30.06.2019, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,39%, acima do "agingfactor" e da inflação geral de preços, e decresce gradualmente em 5 (cinco) anos, permanecendo a partir do 6º (sexto) ano em 1% a.a. Na posição de 30.06.2018, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 9 (nove) anos. A taxa encontrada foi de 2,11%, acima do "agingfactor" e da inflação geral de preços

**f.3)** A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

**f.4)** É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

**f.5)** A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 30.06.2019, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD: 9,61 anos (9,24 anos em 30.06.2018), para o plano Capef CV I: 24,99 anos (26,49 anos em 30.06.2018), para o plano Natural: 20,62 anos (21,82 anos em 30.06.2018) e para o Seguro de Vida: 19,23 anos (18,42 anos em 30.06.2018).

**g) Análise da Obrigação Atuarial**

Na posição de 30.06.2019, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

**g.1) Planos de Previdência Privada**

**g.1.1) Plano BD:** o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 5.181.230 (R\$ 4.103.802 em 30.06.2018) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 4.492.094 (R\$ 3.679.848 em 30.06.2018), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 689.136 (R\$ 423.954 em 30.06.2018). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 4.270.906 (R\$ 3.426.664 em 30.06.2018) e aos participantes ativos é de R\$ 910.324 (R\$ 677.138 em 30.06.2018);

**g.1.2) Plano CV I:** para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 24.578 (R\$ 14.000 em 30.06.2018) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 76.666 (R\$ 46.531 em 30.06.2018), resultando em um superávit de R\$ 52.088 (R\$ 32.531 em 30.06.2018), que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

**g.2) Plano de Assistência Médica:** o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 2.142.085 (R\$ 1.312.221 em 30.06.2018) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 151.176 (R\$ 119.430 em 30.06.2018), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 1.990.909 (R\$ 1.192.791 em 30.06.2018). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 1.408.968 (R\$ 1.003.654 em 30.06.2018) e aos participantes ativos é de R\$ 733.117 (R\$ 308.567 em 30.06.2018).

**g.3) Seguro de vida em grupo:** o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 181.726 (R\$ 135.719 em 30.06.2018), inexistindo ativos para esse plano.

**h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(4.545.981)	(4.161.598)	(14.537)	(21.807)
2. Custo dos Juros	(196.498)	(195.495)	(656)	(1.017)
3. Custo do Serviço Corrente	(1.494)	(4.281)	(59)	(232)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	222.948	215.948	273	235
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(39.358)	(37.468)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(5.513)	(211)
<b>7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais</b>	<b>(620.847)</b>	<b>79.092</b>	<b>(4.086)</b>	<b>9.032</b>
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	191.606	(101.721)	2.160	8.548
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(743.397)	180.813	(6.246)	484
7.3. Decorrentes da redução do percentual de contribuição sobre benefícios (de 21,25% para 20,00%)	(69.056)	-	-	-
<b>8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período</b>	<b>(5.181.230)</b>	<b>(4.103.802)</b>	<b>(24.578)</b>	<b>(14.000)</b>

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2019	30.06.2018
	30.06.2019	30.06.2018		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(1.621.151)	(1.470.786)	(147.161)	(134.567)
2. Custo dos Juros	(72.723)	(69.884)	(6.579)	(6.380)
3. Custo do Serviço Corrente	(9.626)	(9.231)	(988)	(607)
4. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(1)</sup>	47.587	41.040	5.122	5.210
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(13.021)	(9.532)	(1.519)	(1.585)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	7.579	6.590	-	-
<b>7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais</b>	<b>(480.730)</b>	<b>199.582</b>	<b>(30.601)</b>	<b>2.210</b>
7.1. Ajustes de Experiência	(69.364)	42.636	(12.067)	(10.490)
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	(363.435)	156.946	(18.534)	12.700
7.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais	(117.796)	-	-	-
7.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	48.563	-	-	-
7.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	21.302	-	-	-
<b>8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período</b>	<b>(2.142.085)</b>	<b>(1.312.221)</b>	<b>(181.726)</b>	<b>(135.719)</b>

<sup>(1)</sup> Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

#### i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capec			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	3.939.911	3.750.382	54.740	44.629
2. Receita de Juros	171.350	177.607	2.570	2.205
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	36.422	37.598	707	665
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	118	119	713	668
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	39.358	37.468	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	5.513	211
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(222.948)	(215.948)	(273)	(235)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos <sup>(2)</sup>	527.883	(107.378)	12.696	(1.612)
<b>9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período</b>	<b>4.492.094</b>	<b>3.679.848</b>	<b>76.666</b>	<b>46.531</b>

<sup>(1)</sup> Capec – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

<sup>(2)</sup> Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2019	30.06.2018
	30.06.2019	30.06.2018		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	146.781	116.548	-	-
2. Receita de Juros	6.706	5.772	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	41.729	23.675	2.084	2.143
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(2.793)	(2.660)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	173	329	1.519	1.482
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	13.021	9.532	1.519	1.585
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.579)	(6.590)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(2)</sup>	(47.587)	(41.040)	(5.122)	(5.210)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos <sup>(3)</sup>	725	13.864	-	-
<b>10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período</b>	<b>151.176</b>	<b>119.430</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

<sup>(2)</sup> Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

<sup>(3)</sup> Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

#### j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capec	
	Plano CV I	
	30.06.2019	30.06.2018
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(40.203)	(22.822)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.914)	(1.188)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(9.971)	(8.521)
<b>4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período</b>	<b>(52.088)</b>	<b>(32.531)</b>

**k) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.181.230)	(4.103.802)	(24.578)	(14.000)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.492.094	3.679.848	76.666	46.531
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(689.136)	(423.954)	52.088	32.531
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(52.088)	(32.531)
<b>5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)</b>	<b>(689.136)</b>	<b>(423.954)</b>	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.142.085)	(1.312.221)	(181.726)	(135.719)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	151.176	119.430	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.990.909)	(1.192.791)	(181.726)	(135.719)
<b>4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)</b>	<b>(1.990.909)</b>	<b>(1.192.791)</b>	<b>(181.726)</b>	<b>(135.719)</b>

**l) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>(1.376)</b>	<b>(4.162)</b>	<b>654</b>	<b>436</b>
1.1. Custo do Serviço	(1.494)	(4.281)	(59)	(232)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	118	119	713	668
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(25.148)</b>	<b>(17.888)</b>	-	-
2.1. Custo dos Juros	(196.498)	(195.495)	(656)	(1.017)
2.2. Receita de Juros	171.350	177.607	2.570	2.205
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(1.914)	(1.188)
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)</b>	<b>(26.524)</b>	<b>(22.050)</b>	<b>654<sup>(1)</sup></b>	<b>436<sup>(1)</sup></b>

<sup>(1)</sup> valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
	<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>(9.453)</b>	<b>(8.902)</b>	<b>531</b>
1.1. Custo do Serviço	(9.626)	(9.231)	(988)	(607)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	173	329	1.519	1.482
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(66.017)</b>	<b>(64.112)</b>	<b>(6.579)</b>	<b>(6.380)</b>
2.1. Custo dos Juros	(72.723)	(69.884)	(6.579)	(6.380)
2.2. Receita de Juros	6.706	5.772	-	-
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)<sup>(1)</sup></b>	<b>(75.470)</b>	<b>(73.014)</b>	<b>(6.048)</b>	<b>(5.505)</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 01.01. a 30.06.2019: R\$ 40; 01.01. a 30.06.2018: R\$ 21; e Seguro de Vida: 01.01. a 30.06.2019: R\$ 3; 01.01. a 30.06.2018: R\$ 4.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
1. Contribuições (Parte CD) <sup>(1)</sup>	(27.442)	(25.638)

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 01.01 a 30.06.2019 R\$ 93; e 01.01 a 30.06.2018 R\$ 127; e projeção de contribuição: 01.01 a 30.06.2018 R\$ 42.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
1. Despesas Administrativas	(3.167)	(3.247)

#### m) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.06.2019, dizem respeito às quedas nas taxas reais de desconto em relação à 31.12.2018, que passaram de 4,80% (31.12.2018) para 3,42% (30.06.2019) no plano BD, de 4,98% (31.12.2018) para 3,77% (30.06.2019) nos planos CV I, Natural e Seguro de vida.

Além disso, registramos perdas decorrentes da redução da taxa de contribuições de assistidos no plano BD e da elevação dos custos assistenciais médios no plano Natural. Tais perdas foram superiores aos ganhos gerados, no plano Natural, pela redução do percentual de despesas administrativas e da inflação médica (HCCTR), após a alteração da base de custos assistenciais dos últimos 10 anos.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
1. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos <sup>(1)</sup>	527.883	(107.378)	12.696	(1.612)
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação</b>	<b>(620.847)</b>	<b>79.092</b>	<b>(4.086)</b>	<b>9.032</b>
2.1. Ajustes de Experiência	191.606	(101.721)	2.160	8.548
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(743.397)	180.813	(6.246)	484
2.3. Decorrentes da redução do percentual de contribuição sobre benefícios (de 21,25% para 20,00%)	(69.056)	-	-	-
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(9.971)	(8.521)
<b>4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) <sup>(2)</sup></b>	<b>(92.964)</b>	<b>(28.286)</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(1.101)</b>

<sup>(1)</sup> Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

<sup>(2)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2019: R\$ 1 e 01.01 a 30.06.2018: R\$ 257; e do plano CV I: 01.01 a 30.06.2018: R\$ 61.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018		
1. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos <sup>(1)</sup>	725	13.864	-	-
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação</b>	<b>(480.730)</b>	<b>199.582</b>	<b>(30.601)</b>	<b>2.210</b>
2.1. Ajustes de Experiência	(69.364)	42.636	(12.067)	(10.490)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(363.435)	156.946	(18.534)	12.700
2.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais	(117.796)	-	-	-
2.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	48.563	-	-	-
2.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	21.302	-	-	-
<b>3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) <sup>(2)</sup></b>	<b>(480.005)</b>	<b>213.446</b>	<b>(30.601)</b>	<b>2.210</b>

<sup>(1)</sup> Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

<sup>(2)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 30.06.2018: R\$ 15.

#### n) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(606.070)	(411.216)	-	-
2. Contribuições do Empregador	36.422	37.598	707	665
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(26.524)	(22.050)	654	436
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	(92.964)	(28.286)	(1.361)	(1.101)
<b>5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 16.i)</b>	<b>(689.136)</b>	<b>(423.954)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2019	30.06.2018
	30.06.2019	30.06.2018		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(1.474.370)	(1.354.238)	(147.161)	(134.567)
2. Contribuições do Empregador	41.729	23.675	2.084	2.143
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(2.793)	(2.660)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(75.470)	(73.014)	(6.048)	(5.505)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(480.005)	213.446	(30.601)	2.210
<b>6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)</b>	<b>(1.990.909)</b>	<b>(1.192.791)</b>	<b>(181.726)</b>	<b>(135.719)</b>

#### o) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,25% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Renda Fixa	90,56	89,41	87,37	85,97	96,25	94,94
Renda Variável	0,99	0,62	5,15	4,70	3,21	4,36
Investimentos Imobiliários	5,78	7,05	-	-	0,54	0,70
Investimentos Estruturados	0,66	0,48	3,06	3,78	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,01	2,44	4,42	5,55	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos</b>						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,29	0,29	-	-	96,24	94,94
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,75	0,91	-	-	0,54	0,70

#### p) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 0,25% a.a na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida. Bem como o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.ana inflação médica (HCCTR). O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2019.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2019	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(5.181.230)	(5.017.836)	(5.319.897)
Valor Justo dos Ativos	4.492.094	4.492.094	4.492.094
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(689.136)</b>	<b>(525.742)</b>	<b>(827.803)</b>
<b>Variações:</b>			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,2%)	2,7%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(23,7%)	20,1%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2019	+0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(24.578)	(23.110)	(26.297)
Valor Justo dos Ativos	76.666	76.666	76.666
<b>Superávit (Déficit) Técnico <sup>(1)</sup></b>	<b>52.088</b>	<b>53.556</b>	<b>50.369</b>
<b>Variações:</b>			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(6,0%)	7,0%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		2,8%	(3,3%)

<sup>(1)</sup> Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR	
	30.06.2019	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.142.085)	(2.053.951)	(2.236.356)	(2.241.953)	(2.048.393)
Valor Justo dos Ativos	151.176	151.176	151.176	151.176	151.176
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(1.990.909)</b>	<b>(1.902.775)</b>	<b>(2.085.180)</b>	<b>(2.090.777)</b>	<b>(1.897.217)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,1%)	4,4%	4,7%	(4,4%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,4%)	4,7%	5,0%	(4,7%)

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2019	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(181.727)	(172.506)	(191.894)
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(181.727)</b>	<b>(172.506)</b>	<b>(191.894)</b>
<b>Variações:</b>			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(5,1%)	5,6%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(5,1%)	5,6%

## q) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

### q.1) Contribuições Esperadas para o 2º semestre de 2019

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD <sup>(1)</sup>	Plano CV I <sup>(2)</sup>	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	49.788	832	36.012	1.860
2. Contribuições de Empregados	73	829	-	1.286
3. Contribuições de Assistidos	49.715	-	14.942 <sup>(3)</sup>	1.995

<sup>(1)</sup> Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 30.06.2019: Empregador: R\$ 4.329 e Empregados/Assistidos R\$ 4.329;

<sup>(2)</sup> Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 30.06.2019: Empregador: R\$ 32.262 e Empregados: R\$ 32.266;

<sup>(3)</sup> Exceto coparticipações.

### q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef <sup>(1)</sup>		Camed <sup>(1)(2)</sup>	Seguro de Vida <sup>(1)</sup>
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	411.191	1.621	57.772	9.473
De 1 ano a 2 anos	394.574	1.618	68.995	10.044
De 2 anos a 3 anos	378.069	1.678	75.585	10.663
De 3 anos a 4 anos	361.338	1.676	80.436	11.287
Acima de 4 anos	2.075.514	34.946	196.747	764.422
<b>Total</b>	<b>3.620.686</b>	<b>41.539</b>	<b>479.535</b>	<b>805.889</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

<sup>(2)</sup> Líquidos de coparticipação de assistidos.

## r) Estimativa de Despesas para o 2º Semestre de 2019

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(1.421)	769	(9.626)	298
2. Juros Líquidos	(25.148)	-	(66.017)	(6.579)
<b>3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer</b>	<b>(26.569)</b>	<b>769</b>	<b>(75.643)</b>	<b>(6.281)</b>

## NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 86.095.353(R\$ 78.681.595 em 30.06.2018), está registrado em conta de compensação do Banco,denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$24.965.501 (R\$ 25.940.720em 30.06.2018), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 742.662(R\$ 736.942em 30.06.2018).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999;e
- c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leisnºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2019 <sup>(2)</sup>	Provisão em 31.12.2018 <sup>(2)</sup>
AA	18.251.067	-	-
A	17.165.576	43.116	33.891
B	6.855.984	34.637	33.238
C	1.487.698	22.310	43.707
D	1.075.209	53.661	43.354
E	1.068.935	161.026	118.234
F	309.659	77.528	174.004
G	302.172	105.911	169.774
H	4.675.530	2.330.651	2.576.510 <sup>(1)</sup>
<b>Total</b>	<b>51.191.830</b>	<b>2.828.840</b>	<b>3.192.712</b>

<sup>(1)</sup> Em 30.06.2019, inclui R\$ 42.173 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 31.467 em 30.06.2018)

<sup>(2)</sup> Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

- d) Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *delcredere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *delcredere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional.A receita de *delcredere* foi de R\$766.983(R\$ 656.779em 30.06.2018).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 678.894 (R\$ 704.541 em 30.06.2018), calculada à base de 2,7% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações,com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
  - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do

Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);

- iii) o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
- iv) o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
- v) a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

#### NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade <sup>(1)</sup>	30.06.2019	30.06.2018
Proger-Urbano Investimento	017/2006	288	789
FAT - Infraestrutura	018/2006	-	132.870
Protrabalho Investimento	004/2007	104.516	108.599
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	1.816	72.598
<b>Total</b>		<b>106.620</b>	<b>314.856</b>

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 27.191 (R\$ 134.117 em 30.06.2018) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 7.052(R\$ 32.837 em 30.06.2018).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade <sup>(1)</sup>	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2019		
		Forma <sup>(2)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(3)</sup>	Aplicado TJLP ou TLP <sup>(4)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	10.876	173	23	-	23
FAT – Infraestrutura <sup>(5)</sup>	18/2006	RA	26.305	520	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	7.911	133	1.698	18.155	19.853
PNMPO	01/2010	RA	66.763	1.023	5.332	1.984	7.316
<b>Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)</b>			<b>111.855</b>	<b>1.849</b>	<b>7.053</b>	<b>20.139</b>	<b>27.192</b>

Especificação	Tade <sup>(1)</sup>	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2018		
		Forma <sup>(2)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(3)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(4)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.924	72	390	10.169	10.559
FAT – Infraestrutura <sup>(5)</sup>	18/2006	RA	38.599	1.240	22.624	3.260	25.884
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	35.879	738	2.014	24.218	26.232
PNMPO	01/2010	RA	19.447	465	7.810	63.632	71.442
<b>Total (Notas13.b e 28.a.1)</b>			<b>96.849</b>	<b>2.515</b>	<b>32.838</b>	<b>101.279</b>	<b>134.117</b>

<sup>(1)</sup> Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

<sup>(2)</sup> RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

<sup>(3)</sup> Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

<sup>(4)</sup> Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

<sup>(5)</sup> Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

## **NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia**

### **a) Gestão de Riscos e Capital**

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

### **Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

### **Estrutura de Gerenciamento de Capital**

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2019 a 2023, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 13.12.2018. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### **Política Corporativa de Gestão de Riscos**

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### **b) Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da

contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	30.06.2019	30.06.2018
<b>Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas</b>	<b>41.033.414</b>	<b>33.766.444</b>
<b>Público</b>	<b>1.183.581</b>	<b>1.207.700</b>
<b>Privado</b>	<b>39.849.833</b>	<b>32.558.744</b>
Comércio	3.951.480	3.728.873
Comércio Exterior	853.003	902.477
Indústria	7.062.969	7.396.029
Infraestrutura	11.097.348	5.753.220
Microfinança Urbana	3.481.914	3.039.502
Pessoas Físicas	134.352	136.600
Rural	8.596.626	7.228.598
Outros Serviços	4.672.141	4.373.445
<b>Operações de Mercado</b>	<b>46.848.150</b>	<b>45.277.371</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>45.568.955</b>	<b>43.002.383</b>
Operações Compromissadas	9.975.274	14.944.946
Outras	35.593.681	28.057.437
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>165.974</b>	<b>164.644</b>
<b>Outros Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>999.684</b>	<b>857.325</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>113.537</b>	<b>1.253.019</b>
<b>Demais Ativos</b>	<b>5.376.787</b>	<b>5.293.663</b>
<b>Total</b>	<b>93.258.351</b>	<b>84.337.478</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

#### **Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco**

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.547.808(R\$ 3.526.882 em 30.06.2018). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.758.171(R\$5.512.552 em 30.06.2018).

#### **c) Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2019(%)	30.06.2018 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	1.009,32	1.129,98
	Média dos últimos 12 meses	887,80	856,85
	Máximo dos últimos 12 meses	1.133,90	1.460,41
	Mínimo dos últimos 12 meses	493,14	609,03

#### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros ( $\Delta EVE$ ) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira ( $\Delta NII$ ) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação;</li> <li>15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (<math>\Delta EVE</math>) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);</li> <li>15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (<math>\Delta NII</math>) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);</li> <li>8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.</li> </ul>	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para a área financeira;</p>

#### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
<b>Carteira de Negociação</b>						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	5.268.086	5.261.377	(6.709)	5.254.776	(13.310)
<b>Carteira Bancária</b>						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(82.801)	(84.349)	(1.548)	(85.963)	(3.162)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(2.231)	(2.231)	-	(2.232)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	168.470	162.858	(5.612)	157.628	(10.842)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(844.952)	(971.355)	(126.403)	(1.104.525)	(259.573)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	296.978	295.222	(1.756)	293.512	(3.466)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.888.824)	(1.942.607)	(53.783)	(1.979.438)	(90.614)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.406.959	3.342.900	(64.059)	3.287.881	(119.078)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

#### e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

#### f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 38.488(R\$ 61.384 em 30.06.2018 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018	Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	7.297	6.458	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.477	47.838	Relações Interdependências	3.660	4.648
Operações de Crédito	488.650	641.003	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	61.400	71.593
Outros Créditos	925.873	1.051.119	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	492.801	1.825.926
			Outras Obrigações	945.924	1.070.851
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.465.297</b>	<b>1.746.418</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.503.785</b>	<b>2.973.018</b>
Operações de Swap	-	1.165.216			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.465.297</b>	<b>2.911.634</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.503.785</b>	<b>2.973.018</b>

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

#### g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2019, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,87% (14,78% em 30.06.2018) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 11,69% (10,27% em 30.06.2018). O PR apurado foi de R\$ 6.013.363 (R\$ 6.550.991 em 30.06.2018), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 5.212.323 (R\$ 4.289.280 em 30.06.2018), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 51.436.529 (R\$ 41.766.401 em 30.06.2018).

#### i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>8.295.967</b>	<b>6.550.991</b>
. Nível I	<b>6.013.363</b>	<b>4.289.280</b>
. Capital Principal	5.212.323	4.289.280
. Capital Complementar	801.040	-
. Nível II	<b>2.282.604</b>	<b>2.261.711</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>51.436.529</b>	<b>41.766.401</b>
. Parcela RWACPAD	40.957.229	32.157.644
. Parcela RWACAM	67.805	244.225
. Parcela RWAJUR	63.637	157.866
. Parcela RWACOM	4.137	5.217
. Parcela RWAOPAD	10.343.721	9.201.449
<b>Margem sobre o PR Requerido</b>	<b>4.181.045</b>	<b>2.948.639</b>
<b>Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)</b>	<b>68.190</b>	<b>220.105</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB</b>	<b>4.112.855</b>	<b>2.728.534</b>
<b>Margem sobre o PR Nível I Requerido</b>	<b>2.927.171</b>	<b>1.783.296</b>
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido</b>	<b>2.897.679</b>	<b>2.409.792</b>
<b>Adicional de Capital Requerido- ACP (2,5%)<sup>(1)</sup></b>	<b>1.285.913</b>	<b>783.120</b>
<b>Margem sobre o Adicional de Capital Requerido</b>	<b>1.611.766</b>	<b>1.000.176</b>
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	<b>10,13%</b>	<b>10,27%</b>
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	<b>11,69%</b>	<b>10,27%</b>
. Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%) <sup>(2)</sup>	<b>16,13%</b>	<b>15,69%</b>
. Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	<b>15,87%</b>	<b>14,78%</b>

<sup>(1)</sup>em junho/2018 era 1,875%.

<sup>(2)</sup>em junho/2018 era 8,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

## ii. Detalhamento do PR – (Basiléia III)

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>8.295.967</b>	<b>6.550.991</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I</b>	<b>6.013.363</b>	<b>4.289.280</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>5.212.323</b>	<b>4.289.280</b>
Capital Social	3.813.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.896.401	1.856.561
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.949	11.592
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(995.568)	(939.768)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal(Nota 16.g)	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(515.459)	(483.105)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(563)	(19.947)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(511.490)	(460.137)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(3.406)	(3.021)
<b>Capital Complementar</b>	<b>801.040</b>	-
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar (Nota 16.g)	801.040	-
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II</b>	<b>2.282.604</b>	<b>2.261.711</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.282.604
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	-	(20.893)

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar do Banco, no valor de R\$ 801.040.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020.

## iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
PR Nível I	6.013.363	4.289.280
Exposição Total	94.605.169	82.752.497
Razão de Alavancagem (%)	6,36	5,18

## iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.295.967	6.550.991
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.147.983	3.275.496
Situação	227.421	151.738
Margem	3.920.563	3.123.758
Índice de imobilização	2,74%	2,32%

## NOTA 28 – Partes Relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi atualizada por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 13.02.2019 estando divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 26)</b>	<b>27.192</b>	<b>134.117</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)</b>	<b>1.197.253</b>	<b>1.252.853</b>
Tesouro Nacional	496	468
BNDES	1.139.528	1.178.135
Finame	57.229	74.250
<b>Outras Obrigações</b>	<b>29.213.896</b>	<b>30.054.343</b>
FNE (Nota 16.f)	24.976.990	25.950.367
FDNE	680.618	714.846
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	98.274	106.526
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 17)	2.458.014	2.282.604
<b>Total</b>	<b>30.438.341</b>	<b>31.441.313</b>

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.i e 24.k)	689.136	423.954
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 24.k)	1.990.909	1.192.791
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 24.k)	181.726	135.719
<b>Total</b>	<b>2.861.771</b>	<b>1.752.464</b>

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
Depósitos a Prazo - FAT	(54.199)	(55.255)
Tesouro Nacional	(16)	(18)
BNDES	(52.855)	(65.247)
Finame	(1.646)	(2.099)
FMM	(4.122)	(11.875)
FNE	137.425	165.031
FDNE	13.172	12.545
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(157.531)	(61.451)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(88.569)	(77.137)
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD	(29.691)	(25.298)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(26.697)	(25.033)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(75.429)	(72.993)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(6.044)	(5.501)

## b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2018
<b>Honorários</b>	<b>1.892</b>	<b>2.337</b>
Diretoria	1.613	2.015
Conselho de Administração	143	170
Conselho Fiscal	136	152
<b>Outros</b>	<b>603</b>	<b>806</b>
<b>Remuneração Variável (RVA)<sup>(1)</sup></b>	<b>828</b>	<b>862</b>
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>3.323</b>	<b>4.005</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>125</b>	<b>139</b>
<b>Total</b>	<b>3.448</b>	<b>4.144</b>

(1) 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nos semestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamento são pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

#### **NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente**

<b>Especificação</b>	<b>01.01 a 30.06.2019</b>	<b>01.01 a 30.06.2018 Reapresentado</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>744.777</b>	<b>230.635</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(46.963)</b>	<b>44.167</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	529.534	(105.968)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(211.181)	38.087
Realização da Reserva de Reavaliação	(3.928)	322
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	1.571	(162)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(604.931)	186.480
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	241.972	(74.592)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>697.814</b>	<b>274.802</b>

#### **NOTA 30 – Outras Informações**

##### **a) Declaração de Conformidade**

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

##### **b) Aprovação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 09 de agosto de 2019.

Fortaleza (CE), 09 de agosto de 2019.

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as informações correspondentes ao balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e semestre findo em 30 de junho de 2018, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais

assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

## 1. Contingências

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de contingências, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às contingências adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego. Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria

indicando um passivo atuarial registrado a maior e patrimônio líquido registrado a menor. O referido ajuste foi corrigido pelo Banco e, em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### 3. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas de crédito), benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### 4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, o cálculo do valor justo dos títulos de renda fixa privados, considerados de baixa liquidez, e classificados como disponíveis para venda, a exemplo das Letras Financeiras e das Debêntures atualmente em carteira, é realizado com base em modelo de precificação próprio do Banco, que considera o spread de risco de crédito do emissor, determinado de acordo com as políticas do Banco e dos fluxos de caixa estimados. Consideramos a determinação do valor justo dos ativos financeiros não cotados em mercado ativo como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores e da subjetividade inerente nas avaliações baseadas em modelos próprios.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia de precificação do Banco, a adequação das principais premissas utilizadas e a exatidão matemática na aplicação dos modelos. Revisamos, também, a avaliação econômica e financeira feita pelo Banco no momento de classificação do risco dos emissores, os fluxos de caixa esperados, as taxas de desconto utilizadas na precificação dos títulos e a suficiência das divulgações nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de precificação adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da administração.

##### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 6. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

##### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em TI para nos auxiliar na execução de

procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se

concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG  
AuditoresIndependentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen  
Contador CRC- 1SP184050/O-6

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2019, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Fortaleza (CE), 09 de agosto de 2019

**O CONSELHO FISCAL**

# **RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

## **1 – Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto atualmente por quatro membros nomeados pelo Consad.

## **2 – Responsabilidades**

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8945/2016, pela Resolução CMN 3.198/2004, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil e por seu Regimento Interno. O endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB e seu Regimento estão disponíveis na internet em [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br), na área "Institucional / Sobre o Banco / Relação com os Acionistas / Comitês / Comitê de Auditoria".

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade, além de certificar o atendimento aos requerimentos legais aplicáveis.

## **3 – Atividades do período**

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano de Trabalho aprovado pelo Consad, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Coaud realizou reuniões com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com os demais comitês estatutários, com o Presidente, com a Diretoria Executiva e com gestores das principais áreas do Banco. Nessas ocasiões, foram abordados os assuntos mais relevantes relacionados a cada área, tendo sido feitas recomendações de aprimoramento. Foram realizadas reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, quando foram apreciados os seus respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados. O Comitê também realizou reuniões com a CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil e com a CAMED - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Ademais, o Comitê de Auditoria realizou visita à CGU-CE, em Fortaleza (CE). No total, o Coaud realizou 33 reuniões no período.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela administração, por funcionários ou por terceiros.

#### 4 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

##### Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste do Brasil é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Referido sistema continua sendo objeto de melhorias, não obstante existam medidas que demandarão tempo adicional e monitoramento permanente por parte da administração para atingir os resultados esperados.

A administração do Banco continua atuando no aperfeiçoamento do modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, tendo em vista os potenciais impactos nas operações e resultados do Banco, bem como a necessidade de cumprimento tempestivo das recomendações de auditoria interna e de órgãos de fiscalização externa.

A cultura de controle e integridade vem sendo sedimentada com o passar do tempo, inclusive no que diz respeito à política de consequências. Sobre isso, é de se destacar a melhoria alcançada nos Índices Médios de Conformidade dos produtos – IMC.

Não obstante, ainda há espaço para evolução e robustecimento do escopo de atuação da segunda linha de defesa, no que se refere às ações de controles internos, inclusive para considerar as necessidades de melhoria já identificadas internamente e por órgãos de fiscalização e controle. Registre-se, por oportuno, que o assunto está sendo objeto de acompanhamento pela Administração.

Com relação ao ciclo “inventário de processos – identificação de processos críticos – identificação de riscos – estabelecimento de pontos de controle”, houve significativo avanço, havendo solidez no sistema de relacionamento entre as áreas envolvidas, quais sejam: Superintendência de Estratégia e Organização e Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, inclusive quanto à garantia de observância da conformidade com leis, regulamentação e normas internas.

As transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado.

Os principais parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuários dos planos de benefícios do fundo de pensão patrocinado são razoáveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração. O Comitê tem debatido com a Administração e com o CRC o tema da gestão integrada de riscos, merecedora de atenção coordenada do Banco.

As fragilidades em processos, tratadas com a Diretoria, foram solucionadas ou estão em andamento, não existindo casos de recomendações não acatadas.

#### Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. O desempenho e os processos da Auditoria Interna vêm apresentando evolução, o que pode ser comprovado pela qualidade dos trabalhos realizados e outras iniciativas, como o desenvolvimento do Sistema Integrado de Auditoria e do Observatório da Auditoria, além da atenção permanente para qualificação dos seus profissionais.

Ainda assim, há espaço para otimização e aprimoramento em processos, metodologias, sistemas, comunicação dos resultados dos trabalhos, bem como em relação à capacidade de detecção de irregularidades no nível operacional. Neste sentido, o investimento que vem sendo realizado no Observatório da Auditoria, que se baseia nos princípios de Auditoria Contínua, está consentâneo com esta necessidade de aperfeiçoamento.

#### Auditoria Externa

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s.

#### Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 09 de agosto de 2019

**O Comitê de Auditoria**



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE  
*Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.*

*Demonstrações Financeiras*

**F N E**

**Em R\$ MIL**

30.06.2019

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2019	30.06.2018			30.06.2019	30.06.2018
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>38.277.210</b>	<b>38.171.545</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>59</b>	<b>35</b>
DISPONIBILIDADES .....	(Nota 4.b.1)	8.873.303	19.397.016	Obrigações Diversas.....		59	35
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(Nota 4.b.1)	16.092.198	6.543.703	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		59	35
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA.....		267	285				
CRÉDITOS VINCULADOS .....		107	83	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	(Nota 4.c)	<b>86.095.353</b>	<b>78.681.595</b>
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		107	83	TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO:			
DEVEDORES POR REPASSES.....		58.078	62.543	No Semestre.....		4.363.712	4.074.698
Devedores por Repasses-Outras Instituições .....		58.078	62.543	Em Exercícios Anteriores.....		82.964.173	75.483.627
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	13.241.685	12.158.130	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(929.634)	(982.236)
Financiamentos.....		6.617.389	6.150.691	RESULTADO DO SEMESTRE.....		(302.898)	105.506
Financiamentos a Exportação.....		173.709	101.296				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		379.612	268.522				
Financiamentos Agroindustriais.....		250.889	220.981				
Financiamentos Rurais.....		6.347.888	5.993.562				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(527.802)	(576.922)				
OUTROS CRÉDITOS .....	(Nota 4.b.4)	11.489	9.647				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		11.489	9.647				
OUTROS VALORES E BENS .....	(Nota 4.b.5)	83	138				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		79	134				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>47.818.202</b>	<b>40.510.085</b>				
CRÉDITOS VINCULADOS .....		10.265	454				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		10.265	454				
DEVEDORES POR REPASSES.....		2.570.052	2.399.191				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A .....	(Nota 7)	2.458.014	2.282.605				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		112.038	116.586				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	45.237.578	38.109.982				
Financiamentos.....		17.731.870	18.010.108				
Financiamentos a Exportação.....		-	400				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		10.555.454	4.834.449				
Financiamentos Agroindustriais.....		690.805	651.404				
Financiamentos Rurais.....		16.259.449	14.613.621				
OUTROS VALORES E BENS .....	(Nota 4.b.5)	307	458				
Títulos da Dívida Agrária.....		379	557				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(71)	(99)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>86.095.412</b>	<b>78.681.630</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>86.095.412</b>	<b>78.681.630</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018  
(Valores em R\$ Mil)

	1º Sem/2019	1º Sem/2018
<b>RECEITAS</b>		
De Operações de Crédito .....	326.667	733.181
De Remuneração das Disponibilidades .....	742.662	736.942
De Reversão de Provisões Operacionais.....	15	112
<b>DESPESAS</b>		
De Administração.....	(678.894)	(704.541)
De Remuneração sobre Disponibilidades.....	(44.845)	-
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....	(201.193)	(197.431)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	(447.292)	(462.702)
De Auditoria.....	(18)	(55)
<b>LUCRO(PREJUÍZO) NO SEMESTRE</b>	<b>(302.898)</b>	<b>105.506</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018  
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.2017.....</b>	<b>75.483.627</b>	<b>(982.125)</b>	<b>74.501.502</b>
Transferências da União no Semestre.....	4.074.698	-	4.074.698
Ajustes de Exercícios Anteriores .....	-	(111)	(111)
Lucro do Semestre.....	-	105.506	105.506
<b>SALDOS EM 30.06.2018.....</b>	<b>79.558.325</b>	<b>(876.730)</b>	<b>78.681.595</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>	<b>4.074.698</b>	<b>105.395</b>	<b>4.180.093</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2018.....</b>	<b>82.964.173</b>	<b>(917.821)</b>	<b>82.046.352</b>
Transferências da União no Semestre.....	4.363.712	-	4.363.712
Ajustes de Exercícios Anteriores .....	-	(11.813)	(11.813)
Prejuízo do Semestre.....	-	(302.898)	(302.898)
<b>SALDOS EM 30.06.2019.....</b>	<b>87.327.885</b>	<b>(1.232.532)</b>	<b>86.095.353</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>	<b>4.363.712</b>	<b>(314.711)</b>	<b>4.049.001</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2019	30.06.2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) do Semestre.....</b>	<b>(302.898)</b>	<b>105.506</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:</b>		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	447.292	462.702
Provisão para Desvalorização de Títulos.....	11	13
Reversões de Provisões Operacionais.....	(15)	(112)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(41)	(3)
<b>Lucro/(Prejuízo) do Semestre Ajustado.....</b>	<b>144.349</b>	<b>568.106</b>
Créditos Vinculados.....	116	266
Devedores por Repasses.....	(88.778)	(67.808)
Operações de Crédito.....	(4.016.084)	(1.224.783)
Valores a Receber-CEF-Equaliz. Bonus Adimp. Profrota.....	(199)	(229)
Outros Créditos.....	(1.826)	(248)
Outros Valores e Bens.....	95	252
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(11.813)	(111)
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>(3.974.140)</b>	<b>(724.555)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Transferências da União.....	4.363.712	4.074.698
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>4.363.712</b>	<b>4.074.698</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>389.572</b>	<b>3.350.143</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>		
No início do Semestre.....	24.575.929	22.590.576
No fim do Semestre.....	24.965.501	25.940.719
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>389.572</b>	<b>3.350.143</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

**Índice das Notas Explicativas**

<b>Nota 1</b> – Histórico	<b>Nota 6</b> – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
<b>Nota 2</b> – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	<b>Nota 7</b> – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
<b>Nota 3</b> – Administração	<b>Nota 8</b> – Patrimônio Líquido
<b>Nota 4</b> – Principais Práticas Contábeis	<b>Nota 9</b> – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
<b>Nota 5</b> – Fiscalização	<b>Nota 10</b> – Aprovação das Demonstrações Financeiras

**NOTA 1 – Histórico**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores, sendo a mais recente a Lei nº 13.682, de 19.06.2018. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no Art. 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil, instituído pelo Art. 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

**NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

**NOTA 3 – Administração**

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

**NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis**

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

## **a) Apropriação de Receitas e Despesas**

- a.1)** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.
- a.2)** O Art. 1º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018, definiu os encargos financeiros para os financiamentos não rurais com recursos do FNE a serem apurados mensalmente, *pro rata die*, considerados os seguintes componentes:
- I** - o Fator de Atualização Monetária (FAM), derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo;
  - II** - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo (TLP), apurada e divulgada nos termos do art. 3º e do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;
  - III** - o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de 1 (um inteiro);
  - IV** - o Fator de Programa (FP), calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do Projeto.

A Resolução CMN nº 4.578, de 07.06.2017, fixou os encargos financeiros das operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01.07.2017 a 30.06.2018 a taxas que variam 6,65% ao ano a 11,35% ao ano, de acordo com a finalidade do crédito e o porte do produtor. Sobre esses encargos financeiros será concedido bônus de adimplência de 15%, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos financeiros e o bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, e os Artigos 9º e 9º-A da Lei nº 12.844, de 19.07.2013, nem aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), definidos na legislação e no regulamento daquele Programa.

A Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018, definiu a metodologia de cálculo das taxas de juros aplicáveis às operações de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exceto às operações no âmbito do Pronaf, denominadas Taxas de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais (TRFC), constituídas pelos componentes a seguir descritos, devendo o tomador da operação de crédito rural optar pela taxa de juros pós-fixada ou prefixada no ato da contratação:

- I)** FAM: Fator de Inflação Monetária, aplicável à taxa de juros pós-fixada;
- II)** FII: Fator de Atualização Implícita, apurado na forma do Art. 4º da Resolução CMN nº 4.664, de 06.06.2018, aplicável à taxa de juros prefixada;
- III)** BA: Bônus de Adimplência, aplicado aos encargos financeiros, à base de oitenta e cinco centésimos ou um inteiro.
- IV)** CDR: Coeficiente de Desequilíbrio Regional;
- V)** FP: Fator de Programa, definido em resolução;
- VI)** FA: Fator de Ajuste, definido em resolução;
- VII)** Jm: taxa de juros prefixada calculada e divulgada na forma da Resolução CMN nº 4.600, de 25.09.2017.

A Resolução CMN nº 4.674, de 26 de junho de 2018, estabeleceu os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE, contratadas no período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador, levando em consideração os Fatores de Programa ali definidos, o Fator de Ajuste Monetário e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional aplicáveis, nos seguintes termos:

- a)** Taxa efetiva de juros prefixada, variando de 5,41% ao ano a 6,14% ao ano; ou
- b)** Taxa pós-fixada, composta de parte fixa variando de -0,61% ao ano a 0,46% ao ano, acrescida do Fator de Atualização Monetária, apurado na forma do art. 3º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

O bônus de adimplência será aplicado sobre a parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, observada a metodologia definida no art. 2º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada,

como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural do Bacen.

**a.3) O del credere do Banco está assim estipulado:**

- I)** 3% a.a. nas operações contratadas com recursos do FNE, a partir de 01.12.1998, conforme Lei nº 10.177, de 12.01.2001;
- II)** 6% a.a. nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito (MP nº 2.196, de 28.06.2001);
- III)** 2,5% a.a. nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005;
- IV)** percentual negociado com as instituições financeiras operadoras de repasses de recursos do FNE, respeitado o limite estabelecido na legislação (Portaria nº 147, de 05.04.2018), do Ministério da Integração Nacional;
- V)** não há incidência nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa; e
- VI)** 3% a.a. nas hipóteses definidas no Artigo 1º, incisos I a IV, e de 6% a.a. nas hipóteses definidas no Artigo 1º, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.

**a.4) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.**

A taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, conforme os percentuais a seguir, definidos no Art. 17-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989 (introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018), aplicados sobre o patrimônio líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, de 05.04.2003, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Art. 6º Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio):

- I)** 3,0% (três por cento) ao ano, no exercício de 2018;
- II)** 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) ao ano, no exercício de 2019;
- III)** 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, no exercício de 2020;
- IV)** 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano, no exercício de 2021;
- V)** 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, no exercício de 2022; e
- VI)** 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

O Banco faz jus à remuneração no percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

O montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao

crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração Nacional e divulgado pelo Ministério da Fazenda.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

## b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

**b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	8.873.303	19.397.016
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito <sup>(1)</sup>	16.092.198	6.543.703
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>24.965.501</b>	<b>25.940.719</b>

<sup>(1)</sup> Até 2018, a alocação em Recursos Comprometidos com Operações de Crédito correspondia ao montante das liberações previstas e não realizadas até o mês do cálculo, acrescido da previsão de liberação para os próximos 90 (noventa) dias. A partir de 2019, esta prática foi alterada, passando a considerar o prazo de 12 (doze) meses de previsão de liberação das contratações com recursos do FNE e não mais os 90 dias seguintes.

**b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

**b.3)** A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida.

**b.4)** São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito	11.489	9.647
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b>11.489</b>	<b>9.647</b>

**b.5)** Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
Títulos de Cobertura do Proagro	4	4
Títulos da Dívida Agrária	458	691
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(71)	(99)
<b>Total de Outros Valores e Bens</b>	<b>391</b>	<b>596</b>

### c) Patrimônio Líquido (Nota 8.a)

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decendialmente;
- retornos e resultados de suas aplicações; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

### d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

### e) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do FNE é o Real.

### NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

### NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

#### a) Composição da Carteira de Crédito

##### a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2019			30.06.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.535.186	814.073	24.349.259	23.356.765	804.034	24.160.799
Financiamentos à Exportação	160.116	13.593	173.709	87.799	13.897	101.696
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	10.935.022	44	10.935.066	5.102.914	57	5.102.971
Financiamentos Agroindustriais	877.321	64.373	941.694	802.358	70.027	872.385
Financiamentos Rurais	21.930.406	676.931	22.607.337	19.777.207	829.976	20.607.183
<b>Subtotal</b>	<b>57.438.051</b>	<b>1.569.014</b>	<b>59.007.065</b>	<b>49.127.043</b>	<b>1.717.991</b>	<b>50.845.034</b>
Repasses ao BNB	2.458.014	-	2.458.014	2.282.604	-	2.282.604
Repasses a Outras Instituições	131.675	38.441	170.116	140.034	39.095	179.129
<b>Total da Carteira</b>	<b>60.027.740</b>	<b>1.607.455</b>	<b>61.635.195</b>	<b>51.549.681</b>	<b>1.757.086</b>	<b>53.306.767</b>
Provisão	(62.070)	(465.732)	(527.802)	(69.238)	(507.684)	(576.922)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>59.965.670</b>	<b>1.141.723</b>	<b>61.107.393</b>	<b>51.480.443</b>	<b>1.249.402</b>	<b>52.729.845</b>

##### a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2019			30.06.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	1.881	-	1.881	1.765	-	1.765
Financiamentos Rurais	114.217	7.046	121.263	173.897	9.582	183.479
<b>Subtotal</b>	<b>116.098</b>	<b>7.046</b>	<b>123.144</b>	<b>175.662</b>	<b>9.582</b>	<b>185.244</b>
Repasses ao BNB	2.458.014	-	2.458.014	2.282.604	-	2.282.604
Repasses a Outras Instituições	130.222	-	130.222	134.643	-	134.643
<b>Total da Carteira</b>	<b>2.704.334</b>	<b>7.046</b>	<b>2.711.380</b>	<b>2.592.909</b>	<b>9.582</b>	<b>2.602.491</b>
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>2.704.334</b>	<b>7.046</b>	<b>2.711.380</b>	<b>2.592.909</b>	<b>9.582</b>	<b>2.602.491</b>

### a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2019			30.06.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.442.343	806.415	24.248.758	23.254.115	796.634	24.050.749
Financiamentos à Exportação	160.116	13.593	173.709	87.799	13.897	101.696
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	10.935.022	44	10.935.066	5.102.914	57	5.102.971
Financiamentos Agroindustriais	808.920	60.994	869.914	735.256	66.185	801.441
Financiamentos Rurais	14.363.343	347.824	14.711.167	12.160.808	442.887	12.603.695
<b>Subtotal</b>	<b>49.709.744</b>	<b>1.228.870</b>	<b>50.938.614</b>	<b>41.340.892</b>	<b>1.319.660</b>	<b>42.660.552</b>
<b>Total da Carteira</b>	<b>49.709.744</b>	<b>1.228.870</b>	<b>50.938.614</b>	<b>41.340.892</b>	<b>1.319.660</b>	<b>42.660.552</b>
Provisão	(36.387)	(292.074)	(328.461)	(31.462)	(293.006)	(324.468)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>49.673.357</b>	<b>936.796</b>	<b>50.610.153</b>	<b>41.309.430</b>	<b>1.026.654</b>	<b>42.336.084</b>

### a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2019			30.06.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	92.843	7.658	100.501	102.650	7.400	110.050
Financiamentos Agroindustriais	66.520	3.379	69.899	65.337	3.842	69.179
Financiamentos Rurais	7.452.846	322.061	7.774.907	7.442.502	377.507	7.820.009
<b>Subtotal</b>	<b>7.612.209</b>	<b>333.098</b>	<b>7.945.307</b>	<b>7.610.489</b>	<b>388.749</b>	<b>7.999.238</b>
Repasse a Outras Instituições	1.453	38.441	39.894	5.391	39.095	44.486
<b>Total da Carteira</b>	<b>7.613.662</b>	<b>371.539</b>	<b>7.985.201</b>	<b>7.615.880</b>	<b>427.844</b>	<b>8.043.827</b>
Provisão	(25.683)	(173.658)	(199.341)	(37.776)	(214.678)	(252.454)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>7.587.979</b>	<b>197.881</b>	<b>7.785.860</b>	<b>7.578.104</b>	<b>213.166</b>	<b>7.791.270</b>

<sup>(1)</sup> Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

### b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

#### b.1) Créditos de Curso Normal<sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Rural	613.958	510.110	505.314	1.591.548	2.083.569	15.320.048	20.624.547	17.988.088
Industria	175.456	151.306	172.482	494.160	975.860	12.111.938	14.081.202	12.223.842
Governo	5.570	1.594	5.526	16.578	33.157	362.185	424.610	346.232
Outros Serviços	108.146	106.632	109.599	321.911	636.823	10.346.908	11.630.019	7.859.420
Comércio	221.974	227.072	228.273	653.573	988.740	3.701.648	6.021.280	5.329.530
<b>Total</b>	<b>1.125.104</b>	<b>996.714</b>	<b>1.021.194</b>	<b>3.077.770</b>	<b>4.718.149</b>	<b>41.842.727</b>	<b>52.781.658</b>	<b>43.747.112</b>

<sup>(1)</sup> incluem os créditos vencidos até 14 dias

#### b.2) Parcelas Vincendas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Rural	30.219	51.581	36.029	152.279	243.939	1.534.884	2.048.931	2.630.856
Industria	27.956	26.696	26.276	80.932	150.835	985.520	1.298.215	1.349.657
Outros Serviços	17.351	15.824	15.298	43.595	73.983	477.616	643.667	777.695
Comércio	32.583	31.772	30.678	84.957	124.025	396.660	700.675	685.125
Intermediários Financeiros	-	-	-	10	20	169	199	-
<b>Total</b>	<b>108.109</b>	<b>125.873</b>	<b>108.281</b>	<b>361.773</b>	<b>592.802</b>	<b>3.394.849</b>	<b>4.691.687</b>	<b>5.443.333</b>

### b.3) Parcelas Vencidas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2019	Total em 30.06.2018
Rural	5.937	45.903	65.839	53.693	170.347	382.376	2.116	726.211	865.871
Industria	10.822	16.798	29.403	28.708	96.495	165.059	5	347.290	340.909
Outros Serviços	4.047	11.783	15.797	14.720	44.250	91.168	1	181.766	212.600
Comércio	7.984	22.089	27.691	25.253	68.985	126.432	14	278.448	235.209
Intermediários Financeiros	-	4	-	-	-	-	-	4	-
<b>Total</b>	<b>28.790</b>	<b>96.577</b>	<b>138.730</b>	<b>122.374</b>	<b>380.077</b>	<b>765.035</b>	<b>2.136</b>	<b>1.533.719</b>	<b>1.654.589</b>

c) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no Art. 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

#### c.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;

#### c.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003 (atual Portaria nº 147, de 05.04.2018), o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora; nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco, onde são observadas as disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999.

d) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2019	30.06.2018
<b>Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos</b>	<b>506.638</b>	<b>551.003</b>
. Risco Integral do FNE	163.976	217.646
. Risco Compartilhado	342.662	333.357
<b>(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre</b>	<b>447.288</b>	<b>462.603</b>
<b>Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>447.288</b>	<b>462.603</b>
. Risco Integral do FNE	162.555	176.732
. Provisão por Atraso/Renegociações	162.686	180.655
. Ajustes de Provisão por Deságio	(131)	(3.923)
. Risco Compartilhado	284.733	285.871
. Provisão por Atraso/Renegociações	289.924	290.047
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(5.191)	(4.176)
<b>(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre</b>	<b>426.124</b>	<b>436.684</b>
. Risco Integral do FNE	127.191	141.924
. Risco Compartilhado	298.933	294.760
<b>(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>527.802</b>	<b>576.922</b>
. Risco Integral do FNE	199.340	252.454
. Risco Compartilhado	328.462	324.468

- e) Em 30.06.2019, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 35.429 (R\$ 27.693 em 30.06.2018), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- f) Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Rendas de Operações de Crédito <sup>(1)</sup>	2.034.415	2.003.456
<i>Del credere</i> do Banco	(766.983)	(656.779)
<i>Del credere</i> de Outras Instituições	(1.393)	(1.555)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(3.153)	(950)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações <sup>(1)</sup>	(87.058)	(87.594)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(518.588)	(502.038)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repases Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(7.906)	(4.553)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repases a Outras Instituições	(716)	(778)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Leis nºs 12.249, 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013 <sup>(1)</sup>	(317.562)	(11.421)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(4.388)	(4.607)
Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens	(1)	-
<b>Total</b>	<b>326.667</b>	<b>733.181</b>

<sup>(1)</sup> Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018 (Nota 4.b.3)

O montante de bônus de adimplência concedido pelo FNE no primeiro semestre de 2019 alcançou R\$ 527.210, correspondendo a 25,9% das rendas de operações de crédito. No primeiro semestre de 2018, essa despesa alcançou R\$ 507.369, equivalente a 25,3% das referidas rendas.

A razão bônus de adimplência/rendas de operações de crédito não guarda correlação com o percentual de bônus de adimplência (15%) definido na legislação atual, porquanto várias faixas de bônus são aplicadas nas operações do FNE, a exemplo das taxas de 25% no semiárido e 15% fora do semiárido, praticadas nas operações mais antigas, além de outras definidas em instrumentos legais específicos.

Os bônus de adimplência foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repases às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, de 05.04.2018, e as operações de repases ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989, conforme discriminado no quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Bônus Adimplência Op. Crédito FNE	518.587	502.031
Bônus Adimplência Repases Outras instituições	716	778
Bônus Adimplência Op. Rep BNB – Art. 9º A Lei 7.827	7.906	4.553
Bônus Adimplência Op. Renegociadas	1	7
<b>Total</b>	<b>527.210</b>	<b>507.369</b>

#### **g) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco**

**g.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

**g.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea g.1 precedente.

**g.3)** No período, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 300.898 (R\$ 296.816 no primeiro semestre de 2018), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado	298.939	294.761
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco	1.959	2.055
<b>Total</b>	<b>300.898</b>	<b>296.816</b>

#### **NOTA 7 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989**

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Recursos Disponíveis	1.502.170	1.675.728
Recursos Aplicados	955.844	606.876
<b>Total de Repasses ao Banco do Nordeste</b>	<b>2.458.014</b>	<b>2.282.604</b>

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Essa remuneração é contabilizada em Recursos Disponíveis tendo como contrapartida conta específica de receitas de Remuneração de Recursos Disponíveis – Repasses Lei 7.827 – Art. 9º-A.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado. Esses encargos são contabilizados na conta de Recursos Aplicados em contrapartida de conta de receita de juros de Repasses ao Banco do Nordeste-Lei 7.827-Art. 9º-A.

No semestre, a remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, com base na taxa extramercado, alcançou R\$ 41.544 (R\$ 50.162, no mesmo período de 2018), enquanto a remuneração dos recursos aplicados, com base nos encargos pactuados com os mutuários, totalizou R\$ 47.025 (R\$ 26.975, no primeiro semestre de 2018), conforme discriminado no quadro a seguir.

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Remuneração Recursos Disponíveis	41.544	50.162
Remuneração Recursos Aplicados	47.025	26.975
<b>Total</b>	<b>88.569</b>	<b>77.137</b>

#### **NOTA 8 – Patrimônio Líquido**

- a) As transferências da União no semestre importaram R\$ 4.363.712 (R\$ 4.074.698 no primeiro semestre de 2018);
- b) No semestre, o ajuste líquido negativo de R\$ 11.813 (R\$ 111 no primeiro semestre de 2018), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Transferências da União no Semestre	4.363.712	4.074.698
Transferências da União em Exercícios Anteriores	82.964.173	75.483.627
Resultados de Exercícios Anteriores	(929.634)	(982.236)
Resultado do Semestre	(302.898)	105.506
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>86.095.353</b>	<b>78.681.595</b>

#### **NOTA 9 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)**

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

**NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste, por meio de reunião realizada em 09 de agosto de 2019.

Fortaleza (CE), 09 de agosto de 2019

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores do  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**  
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 4.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base de elaboração das demonstrações financeiras*

Chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 4 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

## **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2e 4 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de agosto de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen  
Contador 1SP184050/O-6

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Jeferson Luis Bittencourt (Presidente) – Eudes de Gouveia Varela – José Lucenildo Parente Pimentel – Rheberny Oliveira Santos Pamponet – Ricardo Soriano de Alencar – Romildo Carneiro Rolim

**DIRETORIA:** Romildo Carneiro Rolim (Presidente e Diretor de Controle e Risco) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

**CONSELHO FISCAL:** Frederico Schettini Batista (Presidente) – André de Castro Silva – Carlos Henrique Soares Nuto – Fabiano de Figueiredo Araújo

**COMITÊ DE AUDITORIA:** Carlos Donizeti Macedo Maia (Coordenador) – Cleber Santiago – Manoel das Neves – Rudinei dos Santos (Membros)

**SUPERINTENDENTE:** Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – (Controle Financeiro).

**CONTADOR:** José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7